

*Relatório e Contas*  
**2010**

---



# CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA





## Índice

### RELATÓRIO DE GESTÃO

<b>1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO .....</b>	<b>3</b>
1.1 - Evolução da economia nos países do euro.....	3
1.2 - Evolução da economia portuguesa.....	3
1.3 - A CCAML no contexto económico e financeiro.....	5
<b>2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS .....</b>	<b>5</b>
<b>3. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO.....</b>	<b>7</b>
3.1 – Estrutura do Activo Líquido .....	7
3.2 – Passivo e Capitais Próprios.....	8
<b>4. VOLUME DE NEGÓCIOS .....</b>	<b>8</b>
<b>5. ACTIVIDADE COMERCIAL.....</b>	<b>9</b>
5.1 – Captação de recursos alheios .....	9
5.2 – Crédito .....	10
5.2.1 – Carteira de Crédito.....	10
5.2.1.1 – Crédito vincendo .....	11
5.2.1.2 – Crédito vencido .....	12
5.2.1.3 – Garantias.....	13
5.3 – Actividade seguradora .....	14
<b>6. ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO .....</b>	<b>15</b>
<b>7. GESTÃO DE RISCOS.....</b>	<b>16</b>
<b>8. DIMENSÃO E ÁREA DE MEIOS .....</b>	<b>19</b>
8.1 – Dimensão .....	19
8.2 – Área de Meios .....	19
8.2.1 – Recursos humanos .....	19
8.2.1.1 – Quadro de pessoal.....	19
8.2.1.2 – Formação .....	19
8.2.2 – Recursos tecnológicos e informáticos.....	20
8.2.3 – Meios de pagamento.....	21
8.2.4 – Edifício Sede – Casa do Terreiro.....	22
8.2.5 – Protocolo celebrado entre a CCAML e a CML.....	22
<b>9. NOVA IMAGEM E MARCA INSTITUCIONAL .....</b>	<b>23</b>
<b>10. ÁREA SOCIAL.....</b>	<b>24</b>
<b>11. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE.....</b>	<b>25</b>
11.1 – Análise e decomposição dos resultados .....	25
11.2 – Produto bancário .....	28
11.3 – Eficiência.....	30
11.4 – Rendibilidade.....	32
<b>12. INDICADORES PRUDENCIAIS.....</b>	<b>33</b>
<b>13. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS .....</b>	<b>34</b>
13.1 – Política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização .....	34
13.2 – Declaração sobre política de remuneração .....	34
13.3 – Informação sobre a remuneração dos membros dos órgãos sociais .....	35
<b>14. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>36</b>
<b>BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>37</b>
<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>40</b>
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL .....</b>	<b>67</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS .....</b>	<b>69</b>



## 1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

### 1.1 - Evolução da economia nos países do euro

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) verificado no terceiro e quarto trimestres de 2010, veio interromper a mais longa e profunda crise na história da União Europeia. Assim, é ainda sob o efeito das ondas de choque causadas pela crise que o desempenho das economias da zona euro manifesta ligeiros e frágeis sinais de recuperação.

O crescimento do PIB na área do euro, segundo estimativas do Banco de Portugal, aponta para uma taxa de variação homóloga de 1,7 por cento em 2010. Assumindo-se Portugal e a Grécia como os únicos países da Zona Euro que fecharam 2010 com as respectivas economias em retracção.

No caso da Grécia, que está em recessão há dois anos, o PIB sofreu no quarto trimestre uma contracção de 6,6 por cento face ao período homólogo anterior. Já em Portugal, a retracção da actividade económica foi muito mais ligeira, com o EUROSTAT a reportar os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, que deram conta de uma evolução positiva da economia portuguesa registando um crescimento de 1,3 por cento.

Ao nível sectorial, antecipa-se que o crescimento esteja concentrado nos sectores de bens e serviços transaccionáveis (indústria transformadora e actividades do sector de serviços mais orientadas para a exportação), num quadro em que o crescimento da actividade económica mundial será o pólo dinamizador da procura global. A actividade dos sectores da construção e de serviços não transaccionáveis será condicionada pela significativa contracção da procura.

No entanto, e ao mesmo tempo que as economias desenvolvidas da União Europeia viviam a pior crise desde a Grande Depressão dos anos 30, do século passado, alguns mercados emergentes mantiveram uma vitalidade notável, sendo que, países como a China e a Índia na Ásia; o Brasil na América Latina; e Angola em África, evitaram a recessão, beneficiando sobretudo da resistência da procura interna.

Segundo dados do EUROSTAT, as taxas de inflação na União Europeia e na Área do Euro, medidas pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (HIPC), apresentaram um crescimento médio dos preços de 2,1 e 1,6 por cento em 2010, face aos 1,0 e 0,3 por cento alcançados em 2009, respectivamente, correspondendo a aumentos de 1,1 e 1,3 pontos percentuais.

A taxa média de desemprego em 2010, na zona euro fixou-se em 10 por cento, nos EUA em 9,4 e no Japão em 4,9 por cento. Em Dezembro, o número de desempregados na zona euro ascendeu a 15,8 milhões de indivíduos, 178 mil a mais do que em Dezembro de 2009 e mais que as populações conjuntas da Áustria e da Irlanda.

Contudo, atendendo às incertezas quanto à sustentabilidade desta recuperação, é expectável um abrandamento no dinamismo de crescimento económico global. Por um lado, o estímulo decorrente das políticas de apoio adoptadas pelas autoridades monetárias e governamentais já terá atingido o seu impacto máximo, tendendo a dissipar-se, por outro, a recuperação em algumas economias mais desenvolvidas ainda é frágil.

Adicionalmente, a conjugação de aumentos substanciais e não previstos de défices e de dívida pública, com um conjunto de fragilidades de natureza estrutural, nomeadamente o grau de endividamento, níveis de crescimento, ou robustez do sistema bancário, tem conduzido à deterioração da avaliação dos investidores quanto às condições de solvabilidade das administrações públicas de alguns países da zona euro.

### 1.2 - Evolução da economia portuguesa

Após um período de contracção particularmente profunda, o ano de 2010 ficou caracterizado por uma recuperação generalizada da actividade económica a nível mundial com um incremento dos fluxos de comércio internacional, proporcionando um enquadramento internacional relativamente favorável à economia nacional, nomeadamente às exportações.



O cenário de crise financeira que se intensificou no último trimestre de 2008, que permaneceu em 2009, começou a dar alguns sinais de recuperação a partir do 3º trimestre de 2010, destacando as exportações que se mantiveram firmes e as importações que sofreram uma desaceleração significativa.

As estimativas do Banco de Portugal apontam para uma taxa de variação homóloga do PIB (Produto Interno Bruto), revista marginalmente em alta em 2010, de 1,3 por cento, decorrente de um crescimento superior ao antecipado das exportações, do consumo público e do consumo privado (resultante da antecipação de compra de veículos automóveis associados aos benefícios fiscais que terminaram no final de 2010), mantendo-se a variação da procura interna inalterada não obstante haver algumas diferenças na sua composição. Este crescimento prevê-se inferior ao verificado na Área do Euro e da União Europeia.

No último trimestre do ano melhorou a execução orçamental, por força duma subida da receita fiscal, derivada do PEC II (Julho 2010), que aumentou IRS, IVA e IRC. Baixou ligeiramente o ritmo de crescimento da despesa corrente, o que, conjugado com o aumento da receita, fez com que a subida do défice fosse inferior à do período Janeiro – Setembro (ascendendo a 14.249 milhões de euros).

No ano de 2010 não houve alterações nas taxas de referência do BCE (Banco Central Europeu), apesar de existirem alguns economistas que defendem que a recuperação económica nascente na Área do Euro, geradora de tendências inflacionistas, vai originar uma provável subida da taxa de referência do BCE.

Esta diferenciação significativa do risco soberano associado aos Estados, que vem ocorrendo desde o final de 2009, coloca sob tensão algumas economias da União Económica e Monetária, incluindo a portuguesa, expondo as fragilidades do sistema e testando a sua capacidade de resistência.

O crescimento do risco soberano de Portugal tem implicações significativas sobre a evolução da economia. A maior restritividade do acesso dos bancos nacionais aos mercados de financiamento internacionais, assim como, o aumento acentuado das taxas de rendibilidade dos títulos de dívida pública (ou mesmo a dificuldade em obter esse financiamento pela redução na procura dos títulos), conduzem à necessidade de um ajuste abrupto entre o nível de poupança e de investimento nacional.

A intervenção do BCE, através das chamadas medidas de política monetária não convencional, tem sido decisiva na garantia de financiamento da economia portuguesa. Por um lado, ao disponibilizar linhas de financiamento aos bancos portugueses à taxa fixa do Eurosistema, por outro, ao viabilizar a aquisição de títulos de dívida pública pelo sistema bancário nacional e pela aquisição desses mesmos títulos. No entanto, há que sublinhar o carácter temporário que caracterizam estas medidas.

Segundo as estatísticas do emprego do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2010 a taxa de desemprego, em Portugal, fixou-se em 10,8 por cento (+ 1,3 pontos percentuais do que em 2009). A população desempregada situou-se no final do ano em 602,6 mil indivíduos, tendo aumentado 14 por cento em relação ao ano anterior. A população empregada registou um decréscimo anual de 1,5 por cento.

O significativo aumento do desemprego, o elevado endividamento das famílias e empresas, pondo em risco o pagamento dos salários dos trabalhadores e a forte contracção da actividade, originaram um aumento do incumprimento no crédito bancário, com destaque para os segmentos do crédito ao consumo e do crédito a empresas.

A taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (HIPC), apresentou um crescimento médio dos preços de 1,4 por cento em 2010, face ao decréscimo de 0,9 pontos de percentagem observados em 2009, correspondendo a um aumento de 2,3 pontos percentuais, justificados em larga escala pelo aumento dos impostos indirectos em 1 ponto percentual em todas as taxas do IVA, com entrada em vigor a 1 de Julho de 2010.

As taxas de juro de curto prazo do mercado monetário interbancário, ao longo do ano de 2010, foram subindo de forma gradual, ainda assim, permanecendo em níveis médios inferiores aos observados no período imediatamente anterior à eclosão da crise económica e financeira internacional.





## 1.3 – A CCAML no contexto económico e financeiro

O sector financeiro quer a nível mundial, quer a nível nacional, está sujeito a um profundo processo de reorganização, tanto ao nível das instituições como das entidades reguladoras e de supervisão.

Como consequência destas alterações/evoluções e das fortes pressões registadas sobre os resultados das instituições, estão em curso, em fase de implementação e execução, diversas medidas tendentes ao reforço dos mecanismos de controlo e supervisão da actividade bancária e a ser preparadas, constantemente, novas exigências regulatórias em matéria de liquidez e de capital, ao nível do Comité de Basileia.

A crise financeira e económica globalizou-se, traduzindo-se designadamente em perturbações no funcionamento dos mercados nacionais e internacionais, posicionando-se o sector bancário no epicentro da crise, levando as Instituições de Crédito (IC) a tomar medidas de ajustamento das suas estruturas de capital e de financiamento, de forma a mitigar o impacto dessas perturbações sobre a sua actividade, rentabilidade, liquidez e solvabilidade.

Neste contexto, a CCAML no ano de 2010 procurou manter uma evolução equilibrada, entre solidez, rentabilidade e crescimento, exercendo a sua actividade de intermediação, pautada pelos valores com que se identifica, servindo o cliente sem nunca descurar a aplicação de um quadro de gestão prudente, menos avançada, procurando a eficiência e nivelando a qualidade pelas referências de Bom Governo, com elevado sentido de responsabilidade no contexto económico da sua área de intervenção, continuando a apoiar os projectos de particulares e empresas, promovendo a sustentabilidade e gerindo com diligência e segurança os capitais que lhe são confiados.

## 2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

### Enquadramento:

A CCAML é uma instituição de crédito com um regime regulamentar próprio. Opera como uma instituição bancária de retalho de âmbito regional, tendo como área de actuação os Concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém. Tem como principais linhas de negócio a captação de recursos, em especial de pequenas e médias poupanças, e a sua rentabilização através de empréstimos, a particulares e pequenas empresas, e de aplicações em depósitos em outras instituições de crédito e em títulos de dívida pública.

A CCAML propõe-se ser uma instituição de crédito com uma oferta de serviços financeiros diversificada, orientada para a satisfação das necessidades financeiras dos seus associados e clientes, diferenciando-se por uma actuação social e economicamente responsável, baseada em valores como rigor, confiança, mutualismo e espírito comunitário.

A CCAML procura a maximização da rentabilidade dos recursos, com uma gestão cuidadosa face aos riscos, através de um crescimento prudente e sustentado das actividades, assente no aprofundamento das relações com os associados, clientes e comunidades locais, na diversificação na prestação de serviços e na racionalização de custos.

A persecução destas metas tem subjacente a preservação e reforço de níveis de solvabilidade e liquidez elevados e o compromisso de criar valor para o associado.



A CCAML, sabendo as responsabilidades que lhe cabem e o papel que desempenha na economia dos concelhos da sua área de intervenção, continuará a dar grande relevância estratégica ao desenvolvimento de uma política de Responsabilidade Social, que se manifesta pelo apoio a projectos de educação, voluntariado, solidariedade social e cultural, através da Fundação Caixa Agrícola de Leiria, assim como, pelo exercício da sua actividade de intermediação financeira, pautada pelos valores que sempre a nortearam de servir os clientes sem nunca descuidar a solidez da instituição, gerindo com diligência e segurança os capitais que lhe são confiados, assegurando os seguintes objectivos estratégicos definidos para o triénio 2010-2012.

<b>▪ Modernização operacional</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desenvolver os sistemas de informação e informáticos;</li><li>- Implementar processos de acordo com novas exigências regulamentares;</li><li>- Desenvolver soluções financeiras e de meios de pagamento orientadas para as necessidades dos clientes no âmbito de uma oferta diversificada de serviços bancários.</li></ul>
<b>▪ Gestão pró-activa do risco</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Manter os critérios de rigor na concessão de crédito;</li><li>- Aprofundar processo de análise, monitorização e controlo dos riscos em especial do crédito;</li><li>- Aumentar a pró-actividade da recuperação de crédito;</li><li>- Adequar o planeamento de contingência às necessidades regulamentares previstas pela consulta pública do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros;</li><li>- Preservar os níveis robustos de solvabilidade e liquidez.</li></ul>
<b>▪ Refrescar a imagem e reforçar a identidade da instituição</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Estabelecimento de uma nova marca e imagem da instituição;</li><li>- Normalização gradual das fachadas e do interior dos Balcões;</li><li>- Informar e dar a conhecer a nova imagem.</li></ul>
<b>▪ Valorizar os recursos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Manter e reforçar o plano de formação, orientado para a qualidade no desempenho, responsabilização e valorização profissional;</li><li>- Desenvolver a cultura de interdependência e de respeito por elevados padrões éticos.</li></ul>
<b>▪ Diversificar na prestação de serviços e dinamização comercial</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Continuar a dinamizar a implementação do serviço "CCAML On-Line Empresas";</li><li>- Manter e reforçar o canal Banca-Seguros;</li><li>- Dinamizar a Linha de Crédito "Recuperação do Centro Histórico de Leiria".</li></ul>
<b>▪ Contenção de custos e melhoria da eficiência</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Racionalizar processos promovendo a simplificação administrativa e a "despapelização";</li><li>- Maior contenção na despesa, concentrando atenção na eficiência, redução de custos e de eliminação de desperdícios.</li></ul>
<b>▪ Desenvolver e potenciar a ligação ao chamado "Terceiro Sector"</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Dinamizar com iniciativas culturais e de beneficência social através do apoio disponibilizado para a Fundação Caixa Agrícola de Leiria;</li><li>- Informar e dar a conhecer as actividades / apoios da Fundação;</li><li>- Desenvolver a cooperação com as diversas entidades de beneficência social e cultural, dinamizando a satisfação das necessidades financeiras através do aumento das relações comerciais e dinamização da economia social.</li></ul>



## 3. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO

### 3.1 – Estrutura do Activo Líquido

O activo líquido, desde 2008, tem vindo a crescer consecutivamente, tendo-se verificado uma inversão da tendência no último quadrimestre de 2010, como consequência da quebra em Aplicações em IC só em parte compensada pelo aumento do saldo dos Activos financeiros disponíveis para venda.

Como forma de aumentarem a captação de recursos de clientes, as IC's sentiram necessidade de praticar taxas para as operações passivas mais bem remuneradas, com reflexo imediato no mercado e consequentemente na CCAML, originando, por sua vez, uma ligeira redução das aplicações em IC e no crédito concedido, não acompanhado na totalidade pelo incremento dos activos financeiros disponíveis para venda.

Em 2010, o activo líquido fixou-se em 406.157 milhares de euros, apresentando um ligeiro decréscimo de 7.238 milhares de euros face a 2009 (- 1,75 por cento), todavia, apresentando um crescimento de 6.422 milhares de euros face a 2008 (representando um incremento de 1,60 por cento, em dois anos).

Apesar da quebra verificada nas aplicações em IC de 8,97 por cento, esta rubrica continua, tal como nos períodos homólogos anteriores, a ser aquela que mais contribui para a formação do activo líquido com cerca de 45 por cento, seguida do crédito concedido com aproximadamente 35 pontos percentuais.

Tal como no ano anterior, os activos de liquidez apresentam uma quebra de cerca de 9 por cento, correspondente à verba total de quase vinte milhões de euros, justificada pela manutenção da política de prudência adoptada pela CCAML de canalizar essas mesmas verbas para aplicação em activos financeiros disponíveis para venda (sob a forma de Obrigações de Tesouro e Bilhetes de Tesouro) totalizando um crescimento muito próximo dos 11 milhões de euros, a que corresponde a verba de 48.835 milhares de euros. Também se verificou uma redução significativa dos saldos de caixa, reflectindo uma política de racionalização dos mesmos.

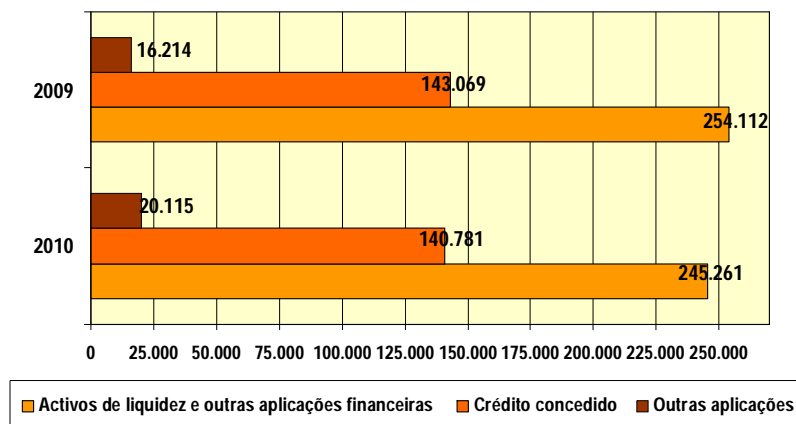
O saldo do crédito concedido, líquido de provisões, contrariamente aos dois últimos anos, registou um ligeiro decréscimo de 1,59 por cento, que se traduz numa redução do saldo de cerca 2,3 milhões de euros.

### ESTRUTURA DO ACTIVO LÍQUIDO

	2010		2009		(milhares de euros)	
	Valor	%	Valor	%	Variação	
					Valor	%
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>386.042</b>	<b>95,05</b>	<b>397.181</b>	<b>96,08</b>	<b>-11.139</b>	<b>-2,80</b>
<b>Activos de Liquidez</b>	<b>196.426</b>	<b>48,36</b>	<b>216.254</b>	<b>52,31</b>	<b>-19.828</b>	<b>-9,16</b>
Caixa e disponibilidades em bancos	14.954	3,68	16.885	4,08	-1.931	-11,43
Aplicações em IC	181.472	44,68	199.369	48,23	-17.897	-8,97
<b>Crédito concedido (líquido de provisões)</b>	<b>140.781</b>	<b>34,66</b>	<b>143.069</b>	<b>34,61</b>	<b>-2.288</b>	<b>-1,59</b>
<b>Activos financeiros disponíveis p/ venda</b>	<b>48.835</b>	<b>12,03</b>	<b>37.858</b>	<b>9,16</b>	<b>10.977</b>	<b>28,99</b>
<b>OUTRAS APLICAÇÕES</b>	<b>20.115</b>	<b>4,95</b>	<b>16.214</b>	<b>3,92</b>	<b>3.901</b>	<b>24,05</b>
Activos não correntes detidos p/ venda	5.181	1,27	3.387	0,82	1.794	52,96
Outras	14.934	3,68	12.827	3,10	2.107	16,42
<b>TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO</b>	<b>406.157</b>	<b>100,00</b>	<b>413.395</b>	<b>100,00</b>	<b>-7.238</b>	<b>-1,75</b>



## ESTRUTURA DO ACTIVO LÍQUIDO



## 3.2 – Passivo e Capitais Próprios

As condições adversas de contexto, reafirmadas neste exercício, continuaram a dificultar a captação de fundos, registando-se particular tendência para uma maior competição pelo financiamento (*funding*) e, consequentemente, pressionando os preços de captação de depósitos.

Como forma de aumentarem a captação de recursos de clientes, para compensar as dificuldades do mercado internacional, as IC's sentiram necessidade de praticar taxas para as operações passivas mais bem remuneradas, tendo originado uma inversão da tendência crescente do saldo de depósitos de clientes da CCAML.

A rubrica que mais contribui para a formação do total do "Passivo + Capital próprio" é a dos Depósitos de clientes e instituições de crédito com cerca de 85 por cento, seguindo-se a rubrica de "Capital + Provisões" com cerca de 12 pontos percentuais e os Instrumentos representativos de capital e Outros passivos com aproximadamente 3 pontos de percentagem.

### PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS

(milhares de euros)

Rubricas	2010		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos de clientes e instituições de crédito	345.639	85,10	354.485	85,75	-8.846	-2,49
Instrumentos representativos de capital	7.099	1,75	7.545	1,83	-446	-5,91
Outros passivos	5.826	1,43	2.536	0,61	3.290	129,73
Capital + provisões	47.593	11,72	48.829	11,81	-1.236	-2,53
<b>TOTAL PASSIVO+CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>406.157</b>	<b>100,00</b>	<b>413.395</b>	<b>100,00</b>	<b>-7.238</b>	<b>-1,75</b>

## 4. VOLUME DE NEGÓCIOS

A CCAML viu no ano de 2010 o seu volume de negócios decrescer cerca de 18.705 milhares de euros face a 2009 (-2,45 por cento) e um crescimento de 6.783 milhares de euros face a 2008 (representando um acréscimo muito próximo de 1 ponto percentual), devendo-se ao decréscimo das rubricas Aplicações em OIC e Recursos de clientes e de outras IC's.





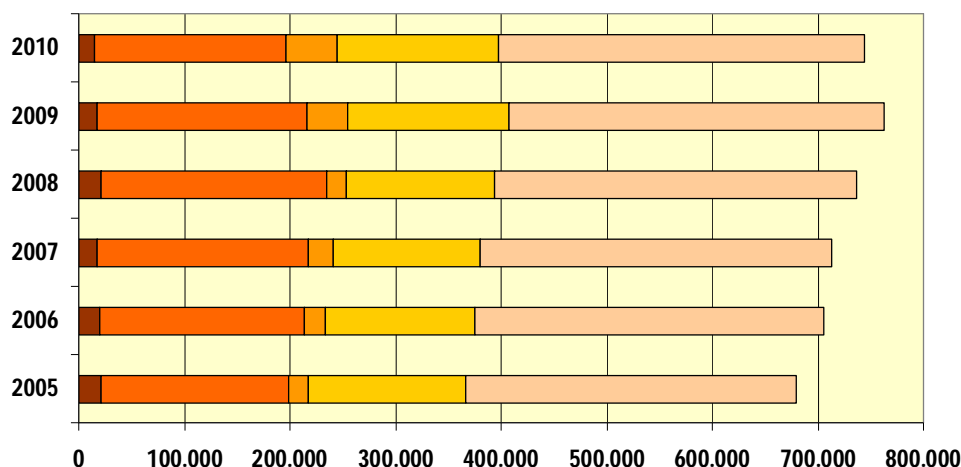
A rubrica Recursos de clientes e de outras I. C., apesar da redução apurada de 2,49 por cento, continua a ser a parcela mais representativa na formação do volume de negócios com cerca de 47 por cento, seguindo-se as aplicações em OIC e o crédito concedido a clientes com cerca de 24 e 21 pontos de percentagem, respectivamente.

## FORMAÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(milhares de euros)

Rubricas	2010		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa e disponibilidades em bancos	14.954	2,01	16.885	2,21	-1.931	-11,43
Aplicações em OIC	181.472	24,40	199.369	26,15	-17.897	-8,97
Actividades de investimento	48.835	6,57	37.858	4,97	10.977	28,99
Crédito a clientes	152.873	20,55	153.881	20,18	-1.008	-0,65
Recursos de clientes e de outras I. C.	345.639	46,47	354.485	46,49	-8.846	-2,49
<b>VOLUME DE NEGÓCIOS</b>	<b>743.773</b>	<b>100,00</b>	<b>762.478</b>	<b>100,00</b>	<b>-18.705</b>	<b>-2,45</b>

## VOLUME DE NEGÓCIOS



	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Recursos de clientes e de outras I. C.	313.266	330.121	332.711	342.703	354.485	345.639
Crédito a clientes	148.527	141.546	139.408	141.303	153.881	152.873
Actividades de investimento	19.652	19.934	23.403	17.818	37.858	48.835
Aplicações em OIC's	177.363	193.404	199.876	213.432	199.369	181.472
Caixa e disponibilidades	20.905	20.106	17.333	21.734	16.885	14.954

(Milhares de euros)

## 5. ACTIVIDADE COMERCIAL

### 5.1 – Captação de recursos alheios

O saldo da rubrica "Total de recursos alheios" é constituído, similarmente ao ano anterior, quase exclusivamente pelos recursos de clientes, representando 99,98 por cento.



## EVOLUÇÃO DOS RECURSOS ALHEIOS

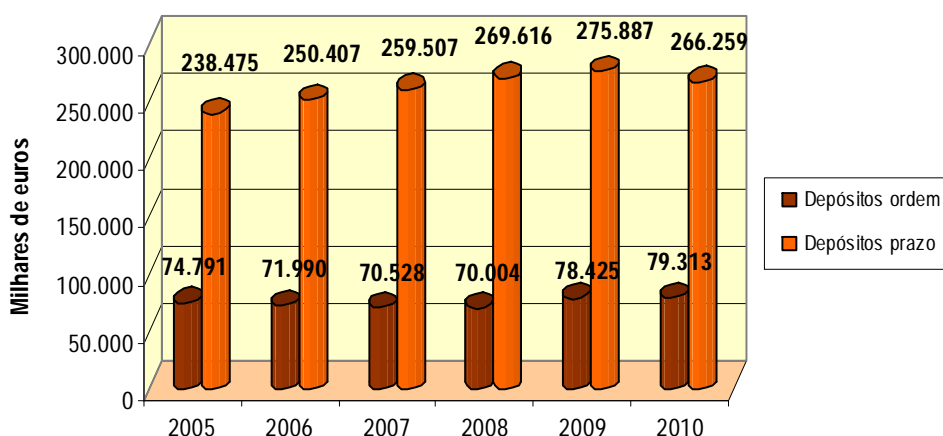
(milhares de euros)

Rubricas	2010		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos à ordem	79.313	22,95	78.425	22,12	888	1,13
Depósitos a prazo	266.259	77,03	275.887	77,83	-9.628	-3,48
Total de recursos de clientes	345.572	99,98	354.312	99,95	-8.740	-2,46
Recursos de outras instituições de crédito	67	0,02	173	0,05	-106	-61,27
<b>TOTAL DE RECURSOS</b>	<b>345.639</b>	<b>100,00</b>	<b>354.485</b>	<b>100,00</b>	<b>-8.846</b>	<b>-2,49</b>

A rubrica do Passivo “Recursos de clientes e outros empréstimos” apresenta, no ano de 2010, um decréscimo de 8,7 milhões de euros (- 2,46 por cento), sendo esta quebra constituída em grande parte por uma redução de 9,6 milhões de euros nos recursos de clientes em depósitos a prazo, redução essa justificada anteriormente.

No ano 2010, similarmemente ao ano 2009, registou-se um incremento dos recursos de clientes em depósito à ordem que se cifrou em cerca de 1 por cento, a que corresponde uma variação de 888 milhares de euros. Resultado esse, que se revelou como o melhor dos últimos anos fixando-se nos 79.313 mil euros, representando 22,95 pontos de percentagem do total dos montantes captados junto dos clientes.

## EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS



## 5.2 – Crédito

### 5.2.1 – Carteira de Crédito

A CCAML no ano de 2010, acompanhando as tendências de mercado, viu o crédito concedido decrescer 1.008 milhares de euros face ao ano anterior (- 0,65 por cento), fixando-se nos 152.873 milhares de euros.

### CRÉDITO CONCEDIDO

(milhares de euros)

Rubricas	2010		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito vincendo	137.666	90,05	140.783	91,49	-3.117	-2,21
Crédito vencido	15.207	9,95	13.098	8,51	2.109	16,10
<b>TOTAL</b>	<b>152.873</b>	<b>100,00</b>	<b>153.881</b>	<b>100,00</b>	<b>-1.008</b>	<b>-0,65</b>



## 5.2.1.1 – Crédito vincendo

### DISCRIMINAÇÃO DO CRÉDITO VIVO

(milhares de euros)

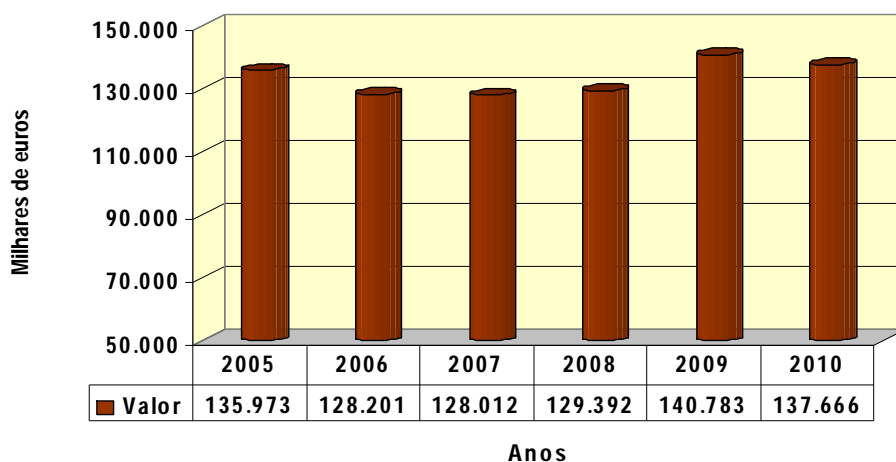
Rubricas	2010		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos + Conta Corrente	88.157	64,04	90.586	64,34	-2.429	-2,68
Crédito habitação	47.105	34,22	46.934	33,34	171	0,36
Desconto	1.906	1,38	2.656	1,89	-750	-28,23
Juros de crédito a clientes	498	0,36	607	0,43	-109	-17,95
<b>TOTAL</b>	<b>137.666</b>	<b>100,00</b>	<b>140.783</b>	<b>100,00</b>	<b>-3.117</b>	<b>-2,21</b>

No ano de 2010, contrariamente ao crescimento registado nos anos de 2008 e 2009, o crédito vivo registou um decréscimo de 2,21 pontos de percentagem, correspondentes a uma variação negativa de 3,1 milhões de euros.

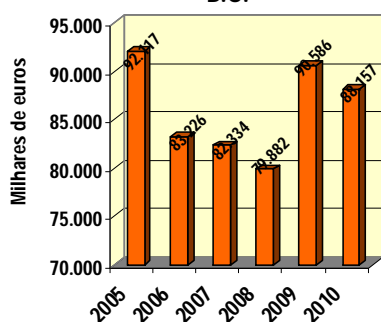
O agregado que mais contribui para a formação do crédito vivo total continua a ser a rubrica "Empréstimos + conta corrente" com cerca de 64 por cento, correspondendo a verba de 88.157 milhares de euros, seguindo-se a rubrica "Crédito habitação" com cerca de 34 pontos percentuais, a que corresponde a verba de 47.105 milhares de euros.

O crédito habitação mantém a tendência de crescimento registada no ano de 2009, apresentando uma variação positiva de 171 milhares de euros (+ 0,36 por cento).

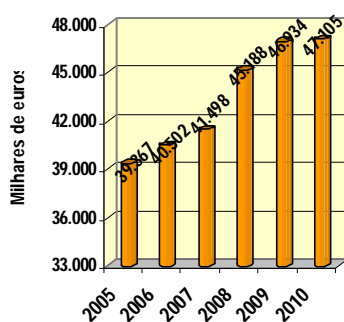
### EVOLUÇÃO DO CRÉDITO VIVO



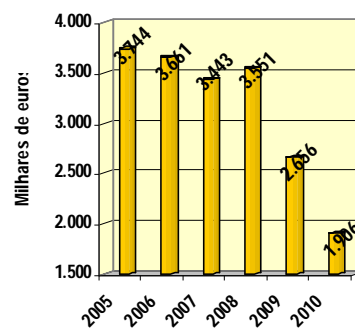
### Empréstimos + C.Corr. + Desc. D.O.



### Habitação



### Desconto





## 5.2.1.2 – Crédito vencido

O nosso país está a atravessar uma das maiores recessões de todos os tempos, como consequência das dificuldades económico-financeiras que se fizeram sentir por todo o mundo, traduzindo-se no aumento do desemprego.

Assim, a CCAML não está a passar imune à crise e às dificuldades que se estão a fazer sentir, todavia, apesar de todos os condicionalismos que marcam a realidade da economia actual, a rubrica de crédito vencido está a crescer mas de forma moderada representando 9,95 por cento do crédito concedido total, mais 1,44 pontos de percentagem, do que no ano anterior.

A classe I apresenta melhorias na variação face ao ano anterior, registando um decréscimo de 96 milhares de euros, correspondente a uma redução de 32 pontos de percentagem.

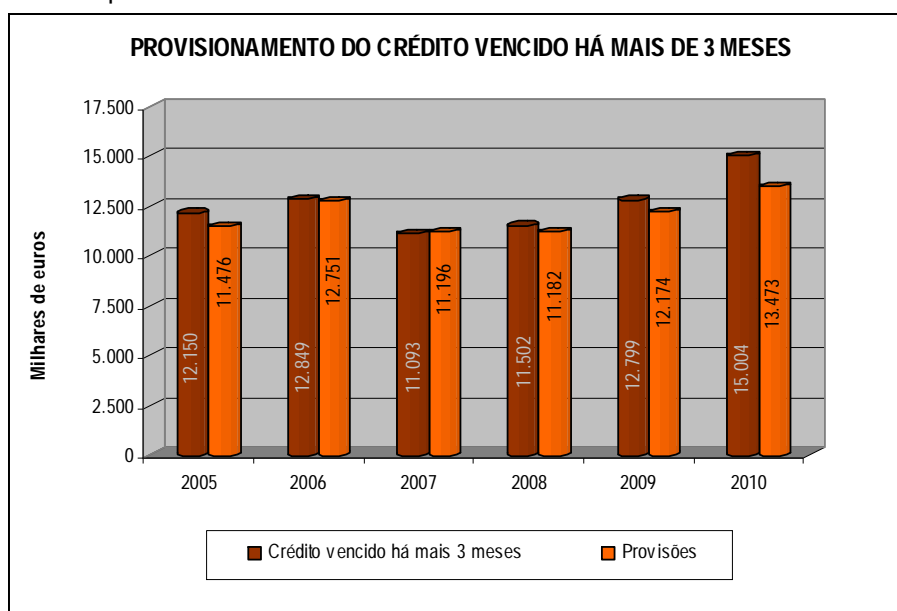
### ESTRUTURA DO CRÉDITO VENCIDO POR CLASSES

Rubricas	2010		2009		(milhares de euros) Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
I - Até 3 meses	203	1,33	299	2,27	-96	-32,10
II - de 3 a 6 meses	970	6,38	749	5,72	221	29,50
III e IV - de 6 a 12 meses	1.663	10,94	734	5,61	929	126,56
V a IX - de 1 a 3 anos	2.818	18,53	2.460	18,78	358	14,55
X a XII - mais de 3 anos	9.553	62,82	8.856	67,62	697	7,87
<b>TOTAL</b>	<b>15.207</b>	<b>100,00</b>	<b>13.098</b>	<b>100,00</b>	<b>2.109</b>	<b>16,10</b>

No ano de 2010, o agregado da classe de crédito vencido há mais de três anos é o que representa a maior parcela com 62,8 por cento face ao crédito vencido total. Este valor caracteriza-se em larga medida pelo reduzido número de devedores que o compõem e justifica-se pelo arrastar dos processos judiciais, processos esses que na sua maioria são suportados por garantias reais, revestidos de uma boa probabilidade de ressarcimento dos valores em dívida.

Se considerarmos em exclusivo a faixa dos créditos vencidos e não pagos há mais de doze meses, comparativamente ao crédito concedido total, esta relação cresce para os 8,09 por cento, quando comparado com o mesmo índice dos dois anos anteriores e que era de 7,35 e 7,02 pontos de percentagem, respectivamente.

As taxas de cobertura por provisões do crédito vencido em dívida, há mais de três meses, atingem os 89,80 por cento e 108,90 pontos percentuais para o crédito vencido há mais de um ano.





## EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE CRÉDITO VENCIDO

(milhares de euros)

Indicadores	2010	2009	Variação	
			Valor	%
<b>Crédito concedido</b>	<b>152.873</b>	<b>153.881</b>	<b>-1.008</b>	<b>-0,65</b>
<b>Crédito vencido</b>	<b>15.207</b>	<b>13.098</b>	<b>2.109</b>	<b>16,10</b>
Crédito vencido há menos de 3 meses	203	299	-96	-32,10
Crédito vencido há mais de 3 meses	15.004	12.799	2.205	17,22
Crédito vencido há mais de um ano	12.371	11.316	1.055	9,32
Crédito vencido há menos de 3 meses em relação ao crédito vencido total	1,33%	2,28%	-0,95 p.p.	-41,59
Crédito vencido há mais de 3 meses em relação ao crédito vencido total (%)	98,67%	97,72%	0,95 p.p.	0,97
Crédito vencido há mais de um ano em relação ao crédito vencido total (%)	81,36%	86,40%	-5,04 p.p.	-5,84
<b>Provisões totais para crédito</b>				
Riscos gerais de crédito	1.382	1.362	20	1,46
Crédito vencido e cobrança duvidosa	12.091	10.812	1.279	11,82
<b>Total</b>	<b>13.473</b>	<b>12.174</b>	<b>1.299</b>	<b>10,67</b>
<b>Rácios do Crédito vencido em relação ao crédito total</b>				
Rácio de crédito e juros vencidos totais	9,95%	8,51%	1,44 p.p.	16,87
Idem vencidos há mais de 3 meses	9,81%	8,32%	1,49 p.p.	18,00
Idem vencidos há mais 12 meses	8,09%	7,35%	0,74 p.p.	10,05
Rácio ajustado (Crédito com incumprimento líquido / Crédito total líquido)	2,07%	1,39%	0,68 p.p.	48,98
<b>Taxas de cobertura por provisões</b>				
Crédito vencido total	88,60%	92,95%	-4,35 p.p.	-4,68
Crédito vencido há mais de 3 meses	89,80%	95,11%	-5,31 p.p.	-5,59
Crédito vencido há mais de um ano	108,90%	107,58%	1,32 p.p.	1,23

### 5.2.1.3 – Garantias

#### a) Crédito vivo

Para um montante alcançado em 2010 de 137.666 milhares de euros, 80 por cento do crédito concedido vivo está caucionado por garantias reais, 15 pontos percentuais beneficia de garantias pessoais e 5 pontos de percentagem não está suportado por quaisquer garantias adicionais (sem caução).

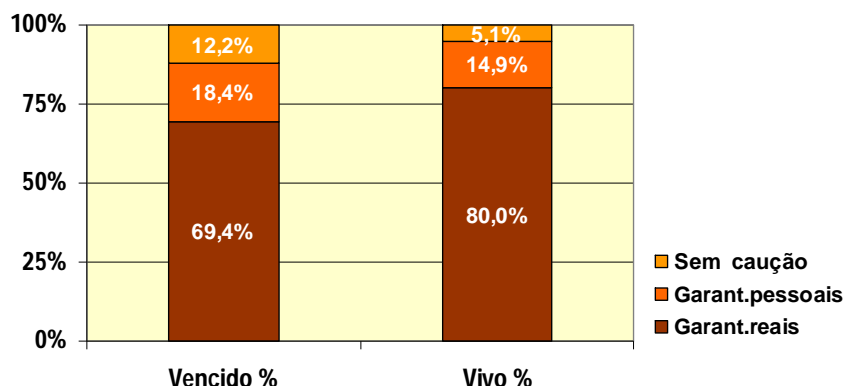
#### b) Crédito vencido

O crédito vencido e não pago em 2010, fixou-se em 15.207 milhares de euros, tendo a sua estrutura de garantias beneficiado de um reforço comparativamente ao ano de 2009, encontrando-se agora caucionados por garantias reais 69,4 por cento dos empréstimos vencidos (+ 3,4 por cento), 18,4 por cento beneficiam de garantias pessoais (- 0,6 pontos percentuais) e 12,2 por cento não têm garantia adicional (- 2,8 pontos de percentagem).





## CRÉDITO VENCIDO E VIVO POR TIPO DE GARANTIA



### 5.3 – Actividade seguradora

No ano de 2010, o panorama da actividade seguradora do nosso país, registou um incremento no volume de produção de seguros, atingindo 16,3 mil milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 12,5 por cento face ao verificado no ano de 2009.

Efectuando uma análise por ramos do sector, conclui-se que a evolução positiva que se registou no mercado segurador no seu todo se deveu essencialmente ao aumento de 17,2 por cento verificado no ramo Vida, embora a produção dos ramos Não Vida também tenha registado uma variação positiva de 0,7 por cento, facto que contrariou a tendência dos últimos anos.

Em relação à carteira de seguros da CCAML, conclui-se que em 2010 se registou um crescimento de 15,14 pontos de percentagem, fixando-se a carteira em 8.742 apólices.

Os seguros pertencentes ao ramo Não Vida representam em número de apólices cerca de 60 por cento do total da carteira, a que corresponde uma variação positiva de 273 apólices face ao ano de 2009 (+ 5,53 por cento). Em relação aos seguros pertencentes ao ramo Vida representam em número de apólices cerca de 40 por cento do total da carteira, a que corresponde um incremento de produção de 877 apólices (+ 32,95 por cento).

### SEGUROS – N.º APÓLICES

Ramos	2010		2009		Variação	
	Nº apólices	%	Nº apólices	%	Nº apólices	%
Não vida	5.204	59,53	4.931	64,95	273	5,53
Vida	3.538	40,47	2.661	35,05	877	32,95
Total	8.742	100,00	7.592	100,00	1150	15,14



## 6. ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO

As aplicações em instituições de crédito, a exemplo de anos anteriores, têm sido o principal destino das verbas excedentárias não aplicadas em crédito, pelas razões de conjuntura macroeconómica amplamente conhecidas e frequentemente referidas ao longo deste relatório.

Nos últimos anos, a CCAML tem vindo a adoptar como políticas prudenciais a mobilização parcial de verbas aplicadas em OIC para Títulos de dívida pública e Bilhetes de tesouro, apoiando-se cada vez mais na segurança em detrimento, algumas das vezes, das taxas de remuneração oferecidas.

No exercício de 2010, as Actividades financeiras e de investimento, sofreram um decréscimo de 3,48 por cento face ao ano anterior, a que corresponde uma diminuição de 8.851 milhares de euros. A rubrica que mais contribui para a formação deste agregado, continua a ser as Aplicações em OIC com cerca de 74 por cento, seguindo-se as Actividades de investimento e a rubrica de Caixa e disponibilidades com cerca de 20 e 6 pontos percentuais, respectivamente.

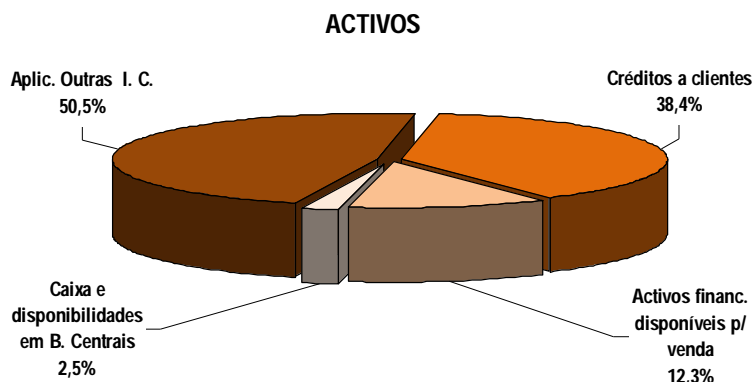
A explicação para o decréscimo relatado encontra-se descrita nos pontos 3.1 e 3.2 do presente relatório.

Essas políticas adoptadas justificam a variação positiva registada na rubrica Actividades de investimento de 10.977 milhares de euros face a 2009 (+ 28,99 por cento) e parte da variação negativa registada na rubrica Aplicações em OIC de 17.897 milhares de euros (- 8,97 pontos percentuais face a 2009).

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda engloba os instrumentos de dívida e os instrumentos de capital. O montante aplicado em instrumentos de capital não sofreu alterações no exercício estando fixo em cerca de 1.214 milhares de euros, sendo constituídos por títulos de capital da SIBS (99,73 por cento), da SWIFT (0,17 pontos percentuais) e da Agrimútu, FCRL (0,10 pontos de percentagem).

### ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO

Rubricas	2010		2009		(milhares de euros)	
	Valor	%	Valor	%	Variação	
Caixa e disponibilidades	14.954	6,10	16.885	6,64	-1.931	-11,43
Aplicações em OIC	181.472	73,99	199.369	78,46	-17.897	-8,97
Actividades de investimento	48.835	19,91	37.858	14,90	10.977	28,99
<b>TOTAL</b>	<b>245.261</b>	<b>100,00</b>	<b>254.112</b>	<b>100,00</b>	<b>-8.851</b>	<b>-3,48</b>





## 7. GESTÃO DE RISCOS

A situação económica do país tem evidenciado a importância de uma gestão prudente e atenta dos riscos. A CCAML tem procurado fazer uma gestão cautelosa dos recursos, assente em procedimentos de avaliação e controlo dos riscos, considerados adequados às características das actividades desenvolvidas em sintonia com as práticas estabelecidas pelas entidades de supervisão.

Considerando as dificuldades que a economia nacional atravessa, a CCAML estabeleceu as seguintes políticas de gestão do risco, face aos objectivos estratégicos definidos:

- Manter os critérios de rigor na concessão de crédito;
- Aprofundar o processo de análise, monitorização e controlo dos riscos em especial do crédito;
- Aumentar a pró-actividade na recuperação de crédito;
- Gerir pró-activamente as taxas de juro recorrendo a políticas de mitigação do risco;
- Desenvolver o planeamento de contingência;
- Preservar os níveis robustos de solvabilidade e liquidez, afectando as disponibilidades em classes de menor risco.

A manutenção de elevados níveis de solvabilidade ao longo dos anos tem demonstrado uma postura contida face ao risco. O acompanhamento aos níveis de solvabilidade é feito trimestralmente, permitindo uma avaliação regular aos elementos que para ela concorrem, nomeadamente das classes de risco de crédito e do risco operacional. Em Dezembro, a CCAML apresentava um rácio de solvabilidade de 29,5%, comprovando um perfil de aversão ao risco.

De uma forma mais detalhada, o documento **Disciplina de Mercado** (disponível em [www.caixacreditoleiria.pt](http://www.caixacreditoleiria.pt)), faculta a informação sobre a solvabilidade e os riscos incorridos, tendo subjacente uma óptica predominantemente prudencial.

No âmbito do Pillar II do Acordo Basileia II foram efectuados os exercícios de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP) e os Testes de Esforço, permitindo uma análise mais alargada aos riscos, não só pela avaliação ao cálculo de requisitos mínimos de capital mas também pela análise aos demais riscos considerados materiais. Os resultados obtidos pela realização destes exercícios apontam para a solidez da situação financeira da Instituição, face aos riscos e à ocorrência de eventos hipotéticos, de natureza excepcional mas plausível.

### Risco de crédito

O Risco de Crédito é o principal risco subjacente à actividade, merecendo particular atenção pela sua relevância material. Encontra-se associado às perdas e ao grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente cumprir com as suas obrigações.

Não obstante algumas recuperações efectuadas, em 2010 manteve-se a tendência de alguma degradação do crédito, materializada através de um agravamento das provisões por imparidade, e de um crescente nível de preocupação face à actual situação económica.

Ao nível organizacional, no que respeita aos empréstimos, as funções de identificação e avaliação do risco de crédito são desempenhadas pelo Serviço de Análise de Crédito. As propostas de crédito são todas sujeitas a uma apreciação individual com base em elementos de natureza qualitativa e quantitativa. Esta análise é feita aquando da aprovação do crédito, periodicamente e sempre que existam alterações no relacionamento com o cliente ou se identifiquem factores que sugiram a necessidade de uma reavaliação do risco.

Ao nível do acompanhamento e recuperação é dada particular importância à intervenção nos primeiros dias após o vencimento do crédito (sempre que possível antes). Efectua-se uma análise semanal envolvendo os Balcões e o Serviço de Auditoria, no sentido de evitar a degradação da situação e evolução para uma recuperação litigiosa (tradicionalmente mais morosa e dispendiosa).



Paralelamente é efectuada a monitorização contabilística da evolução global do crédito, por tipos de crédito e classes e prazos; o acompanhamento do crédito vencido, através dos processos classificados em estado de recuperação e contencioso, de uma forma individual; e a avaliação das provisões económicas, através de uma quantificação das provisões adequadas ao risco implícito da carteira de crédito.

Também ao nível do acompanhamento é feita uma avaliação regular ao **Risco de Concentração de Crédito**. O Risco de Concentração de Crédito decorre da existência de factores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes e manifesta-se pelo risco de exposição individual de uma contraparte (grande risco) ou o risco de exposição de um grupo de contrapartes pertencente ao mesmo sector de actividade. Em 2010 o Banco de Portugal estabeleceu a necessidade de reportar uma análise a estes riscos e a necessidade de estabelecer limites à concentração.

A CCAML tem adoptado uma política de restrição a grandes operações de crédito e, atendendo ao número de contratos realizados, é possível fazer o acompanhamento bastante próximo de eventuais concentrações. Ainda assim, é efectuada uma avaliação regular a concentrações sectoriais. A posição da carteira de crédito da CCAML, nos vários sectores de actividade económica, está alinhada com os valores de referência nacionais, sem divergências que representem um acréscimo substancial de risco (existindo contudo uma menor exposição no sector imobiliário).

No que respeita ao cálculo de **requisitos de capital para risco de crédito**, determinados a partir do Método Padrão, registou-se um crescimento em cerca de 13%. Este crescimento resulta essencialmente, da degradação das classes de risco que são influenciadas pelo *Ratings* atribuídos à Republica Portuguesa. Ainda assim, através de uma política de transferência de disponibilidades para títulos de dívida pública foi possível a manutenção de elevados níveis de solvabilidade, sem comprometer a rentabilidade.

### Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro manifesta-se sempre que existe uma divergência entre as maturidades de revisão das taxas entre activos e passivos, diminuindo a rentabilidade ou aumentando o custo financeiro.

É efectuado um acompanhamento regular ao risco de taxa de juro, através de uma avaliação do impacto, na margem financeira e nos fundos próprios, de cenários de variação das taxas de juro sobre os *gaps* (diferencial entre activos e passivos), obtidos através da agregação de todos os activos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro, por intervalos de acordo com as datas de vencimento ou refixação de taxa. Os resultados obtidos, além de permitirem uma gestão ponderada das taxas de juro, apontam para a solidez da situação financeira da Instituição.

No que respeita a variações nas taxas de juro é de referir o crescimento das taxas de juro praticadas sobre os depósitos, verificado a partir do segundo semestre de 2010. Este comportamento surge na sequência de um esforço de captação de poupanças internas por parte das Instituições de Crédito.

Manifesta-se hoje, na generalidade dos Bancos nacionais, um risco que antes não era evidente, o risco de indexante. À medida que o custo real de *funding* vai aumentando, divergindo da taxa de juro Euribor, também os *spreads* têm vindo a crescer. Como consequência, as taxas de juro praticadas sobre os novos empréstimos tem vindo a aumentar, mais do que proporcionalmente ao crescimento da taxa Euribor.

### Risco de Liquidez

O risco de liquidez manifesta-se sempre que existe um desequilíbrio entre os fluxos de pagamento e de recebimento, em resultado da natureza, volatilidade e maturidade dos mesmos, gerando dificuldades em cumprir com os compromissos assumidos, nas datas acordadas.

É efectuado um acompanhamento regular do risco de liquidez, através da análise dos prazos residuais de maturidades dos diferentes activos e passivos do Balanço e dos "Mismatches" de liquidez, tanto do período como acumulados.



## GAPS DINÂMICOS DE POSIÇÃO DE LIQUIDEZ EM 31 DE DEZEMBRO

(milhares de euros)

Posições à data de referência + Valores Previsionais		Intervalos Temporais					
		A vista e até 1 semana	Superior a 1 semana e até 1 mês	Superior a 1 mês e até 3 meses	Superior a 3 meses e até 6 meses	Superior a 6 meses e até 12 meses	
Mismatches Acumulados	2009	206	27.313	75.497	28.496	5.745	
	2010	15.343	23.921	77.320	26.491	16.765	

Apesar das dificuldades de liquidez existentes no mercado financeiro nacional, a CCAML apresenta uma estrutura de recursos que lhe permite uma gestão das disponibilidades, adequada aos "Mismatches" entre os prazos dos activos e passivos existentes, assegurando uma eficiente gestão da tesouraria, e de forma a prosseguir com uma política de estabilização dos recursos dos clientes, através do lançamento de produtos de poupança de médio/longo prazo.

Em Dezembro de 2010, a CCAML apresentava um GAP dinâmico de liquidez acumulado até aos 12 meses seguintes de 16.765 milhares de euros, reforçando e evidenciando uma situação de liquidez de curto prazo bastante consistente, uma vez que esses "gaps" reflectem o plano de tesouraria.

## Risco operacional

O Risco Operacional é o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos. Sendo um risco primordial em qualquer organização, no caso dos Bancos, assume particular importância pela complexidade das operações por eles realizadas e pela dependência que gera junto dos seus clientes, com imediatas repercussões ao nível da reputação.

A nível organizacional a gestão deste risco é transversal a toda a estrutura que, de uma forma segregada e de acordo com uma delegação de competências, intervém a vários níveis:

- Departamento de Operações Gerais - Através do desenvolvimento e manutenção das operações gerais;
- Departamento de Informática - Através do desenvolvimento e manutenção dos serviços informáticos de suporte, ao nível dos equipamentos e da estruturação e manutenção dos sistemas de informação;
- Serviço de Segurança - Através dos serviços de manutenção e segurança dos edifícios;
- Através dos chefes de projecto - A quem é atribuído o papel de dinamizador de processos;
- Gabinete de Gestão de Risco - Pela identificação, avaliação e monitorização dos riscos e dinamização de processos de controlo;
- O Conselho de Administração e o Gabinete de Auditoria Interna na função de controlo interno e dinamização das unidades de estrutura.

Beneficiando do esforço de modernização operacional, considerando a implementação de novos processos de acordo com exigências regulamentares, que exigem maior complexidade e controlo (como é o caso das FINs do Crédito aos Consumidores, Crédito à habitação e mais recentemente Crédito Conexo) e o desenvolvimento de novas soluções de serviços de pagamento orientadas para as necessidades dos clientes no âmbito de uma oferta diversificada de serviços bancários, a CCAML tem vindo a desenvolver e reforçar os controlos internos no sentido de minimizar a exposição aos riscos desta natureza.

A mudança de instalações da sede permitiu ainda aumentar a resiliência ao nível do centro principal de operações, melhorando a segurança perante eventos de risco operacional. As melhorias efectuadas estão integradas num processo de desenvolvimento das infra-estruturas de suporte aos sistemas de informação no âmbito do planeamento de contingência e continuidade de negócio.

A informação recolhida a partir do sistema de reporte de eventos de risco, permitiu a análise a 140 eventos, dos quais apenas três proporcionaram perdas financeiras directas. Em 2010 foi incluído nestes relatórios um novo capítulo para a segurança, permitindo uma avaliação regular às condições de segurança dos vários edifícios.





## 8. DIMENSÃO E ÁREA DE MEIOS

### 8.1 – Dimensão

Da análise e interpretação dos indicadores de dimensão da tabela infra, podemos concluir que a CCAML tem vindo a consolidar a sua dimensão, crescendo, consecutivamente, o número de contas de D. O. activas (+ 580 unidades) e de terminais de pagamento automático (+ 4 unidades). Tendo-se verificado um crescimento consecutivo do Activo líquido e dos Recursos próprios desde 2007 e até ao último quadrimestre do ano de 2010, justificado e explicado anteriormente no ponto 3.1 – Estrutura do activo líquido. Em relação ao número de trabalhadores, no último quadriénio, houve uma redução em 8 colaboradores, mantendo-se o número de balcões e de máquinas Multibanco.

INDICADORES DE DIMENSÃO	Unidade	2010	2009	2008
Activo líquido do balanço	mil euros	406.157	413.395	399.735
Activo líquido médio	mil euros	408.844	409.243	392.717
Recursos próprios do balanço	mil euros	46.212	47.467	45.141
Recursos próprios médios	mil euros	45.844	46.832	43.130
Número de trabalhadores	unidades	103	106	107
Balcões	unidades	16	16	16
Contas de D.O. activas	unidades	44.021	43.895	43.315
Caixas Automáticos	unidades	22	22	25
Terminais pagamento automático	unidades	226	222	223

### 8.2 – Área de Meios

#### 8.2.1 – Recursos humanos

##### 8.2.1.1 – Quadro de pessoal

Em 31 de Dezembro de 2010, integravam o quadro da CCAML 103 colaboradores, tendo-se verificado uma redução em três unidades, não se tendo registado qualquer admissão.

Apesar da redução em três unidades do quadro de pessoal não se sentiu necessidade de admissão de mais elementos, atendendo ao facto destes colaboradores fazerem parte de áreas totalmente distintas, nomeadamente, limpeza, análise de crédito e operações gerais.

Sendo que, neste último, não existiu uma saída efectiva da instituição, mas sim, uma reorganização interna passando a assumir funções como administrador. Os restantes dois elementos reformaram-se por limite de idade.

##### 8.2.1.2 – Formação

Em 2010 e para cumprimentos do art. 125º do Código de Trabalho, que estabelece que o trabalhador deve ter assegurado um número mínimo de 35 horas de formação, abrangendo em cada ano 10% dos trabalhadores, a CCAML encerrou o ano com 40% dos colaboradores com mais de 35h de formação, traduzido numa meta atingida fruto de um esforço colectivo de sucesso.

Nesta Área, a CCAML para além deste imperativo legal, assenta a sua estratégia em quatro vectores principais:

- Qualidade no desempenho pessoal e profissional;
- Desenvolvimento da cultura de interdependência e respeito por elevados padrões éticos;
- Valorização dos recursos humanos e profissionais;
- Aumento da responsabilização profissional.



No ano em análise, foi possível contabilizar mais de 2.900 horas de formação promovidas por entidades externas, em cerca de 25 participações, quer presenciais, quer por via *e-learning*, nomeadamente:

- A aplicação da NCRF n.3 (aplicação pela 1.ª vez do SNC) – abertura das contas em 2010;
- Introdução ao Controlo e Auditoria Interna;
- Implicações do SNC na Gestão das Empresas;
- Serviços de Emissão / Compensação MB – Vertente Emissão;
- O novo relatório único – Obrigação das Entidades Patronais para com o ACT;
- IRC Alterações para 2010 (incluindo o OE para 2010); Transição do POC para o SNC;
- IRC/IRS – Dossier Fiscal (organização e preparação);
- Mediador de Seguros Ligado;
- Liderança de Equipas;
- Rendibilidade do Crédito;
- *Smart Cards* 2010. Congresso anual de cartões;
- Vendas e Negociação;
- Avaliação Financeira de Projectos;
- Cheque – Regime Jurídico;
- SNC Mensuração e Imparidades; IVA – Novas Regras de localização;
- Conferência: 7.º Encontro UIF – Banca;
- Análise de Risco de Crédito;
- SEPA - Débitos Directos;
- SEPA - Teis a Crédito;
- Seminário; Legislação Laboral – Exigências e Desafios no Contexto Económico e Social actual;
- SNC – O processo de divulgação nas pequenas entidades; IRC – A tributação no quadro do SNC;
- Auditoria Bancária;
- Excel INICIAÇÃO;
- Seguros de Automóvel e de Máquinas;
- Sessão sobre “Higiene e Segurança”.

Foi possível também, contabilizar 3 acções de formação promovidas por colaboradores internos, como foram os casos dos cursos de:

- Atendimento a Clientes;
- Correio Electrónico e Gestão Documental;
- Serviço CCAML On-line Empresas.

### 8.2.2 – Recursos tecnológicos e informáticos

A área de Recursos tecnológicos e informáticos tende, cada vez mais, a assumir-se como o departamento com um papel nuclear nas instituições de crédito, visto que cada vez mais há a tendência para a desmobilização dos clientes dos Balcões por contrapartida da adesão à banca remota, à distância, também designado por *Homebanking*, *netbanking*, entre outros canais de distribuição.

Assim, para combater os potenciais atentados de intrusão ao sistema de banca à distância, é exigido a utilização de recursos tecnológicos e informáticos de ponta e do mais actualizado do mercado.



As constantes mutações neste segmento, as imposições legais exigidas, a procura contínua de melhorias internas e soluções mais fiáveis de operacionalidade, são as razões que obrigam, a que em todos os anos, seja necessário despendar consideráveis investimentos neste âmbito.

No ano de 2010 merecem menção e destaque, os seguintes:

- Adaptação dos módulos aplicativos a diversas áreas, por imposições legais, nomeadamente: transferências (SEPA área única de pagamentos em euros e adaptação aos diversos módulos do sistema central, SIBS, DO, TEIS); crédito (taxas de juro *Euribor* – operações activas e passivas); depósito à ordem (gestão de juros devedores, requisição de cheques, clientes – implementação de pactos sociais); e financeiro (nova versão da contabilidade por imposições legais);
- Aquisição de software de exportação de diversos tipos de ficheiros para plataformas de Bases de Dados, de forma a implementar melhorias no tratamento de informação do departamento financeiro, serviço de seguros, entre outros;
- Aquisição e implementação da plataforma de *homebanking* de empresas, melhoramentos no *homebanking* de particulares e sistemas de suporte às soluções (*firewall* incluída);
- De acordo com o DL 133/2009, aquisição de software para o simulador do crédito (habitação e consumidores);
- Aquisição de software conversor para o sistema CENTRAL para criação dos diversos mapas e listagens do sistema em formato .pdf;
- Em relação à aquisição de hardware e comunicações, destacam-se:
  - a) Aquisição de 16 quiosques INCA Multimédia para instalação em todos os balcões, de modo a disponibilizar ao cliente uma plataforma onde este possa, de forma autónoma, consultar o serviço de *homebanking*, preços gerais, actualizar cadernetas, entre outras funcionalidades;
  - b) Aquisição de três novos “Caixas Automáticas” para renovar o parque de máquinas, tecnologicamente mais evoluídas, com a possibilidade de receber depósitos em notas, instaladas nas delegações de Leiria – Combatentes; Leiria – Guimarães; e Monte Real;
  - c) Aquisição de equipamentos para dar início à instalação do DATACENTER no edifício Sede da CCAML, como por exemplo: bastidores, comunicações e *firewalls*;
  - d) Aquisição de novas *Workstations*/postos e impressoras, por requisitos de funcionalidade, a instalar em vários pontos de trabalho.

### 8.2.3 – Meios de pagamento

O desenvolvimento de novas e mais eficazes soluções para a prestação de Serviços de Pagamento, no sentido da satisfação das necessidades crescentes dos nossos clientes, tem sido, desde sempre, uma preocupação da CCAML.

Se algumas das soluções estão já bastante consolidadas, como é o caso dos cartões, das transferências electrónicas ou mesmo dos débitos directos, apesar de continuarem a exigir importantes esforços de actualização (destacando-se a este nível o desenvolvimento operado em torno das transferências SEPA), outras soluções são mais recentes, como é o caso do “Serviço CCAML On-line”, registando ainda significativos níveis de crescimento.

O número de contratos do “Serviço CCAML On-line” registou um crescimento de 45%, em relação ao ano anterior. Um contributo importante para este número foi dado pelo alargamento do serviço às empresas.

Em 2010 foi dado um destaque particular à dinamização deste serviço junto das empresas que já representa um importante canal de acesso alternativo, apesar de ainda existir um espaço de crescimento significativo.



No que respeita ao número de cartões bancários, apesar de manter uma tendência crescente (contrária à do mercado), registou um crescimento mais modesto, na ordem dos 0,1%, para os cartões de débito. Embora também se tenha registado um crescimento no número de cartões de crédito (11,5%), ainda em resultado do novo cartão Unibanco Clássico, o volume destes cartões é bastante menos expressivo na carteira global de cartões.

No âmbito dos terminais, registou-se um crescimento de 1,8% no número de Terminais de Pagamento Automático e manteve-se estável o número de Caixas Automáticas.

### 8.2.4 – Edifício Sede – Casa do Terreiro

O ano 2010 fica assinalado na história da CCAML, como o ano da conclusão da recuperação do edifício Sede da instituição, antiga casa dos Ataídes, sito no Largo do Terreiro, em pleno centro histórico de Leiria.

As obras de restauro desta edificação revestiram-se de uma morosidade não prevista inicialmente, perfeitamente justificada pelo contar de histórias de cada recanto das suas salas coloridas por vestígios do passado de uma edificação histórica e emblemática da cidade, preservando-se as características arquitectónicas, adaptando-as às exigências das necessidades para o fim a que se destina.

A génese do edifício remonta ao século XVI, mas a arqueologia indica que esta será ainda mais antiga.

Com base em informações obtidas nos documentos antigos existentes no edifício aquando da aquisição do mesmo, o solar, em tempos, esteve dividido em três grandes edifícios separados por duas ruelas compostas por um arco cada, tendo sido transformados ao longo dos séculos, num só edifício.

Durante as obras de restauro, de conservação e construção nova do edifício, ficou decidido manter a traça antiga e adequar cada ala, Sul, Centro e Norte, às funções de Sede da Fundação da Caixa Agrícola de Leiria; de serviços centrais da Caixa de Crédito de Leiria; e de zona social de eventos, respectivamente.

A 13 de Novembro de 2010, no actual edifício Sede da CCAML, foi apresentado o I volume do livro Casa do Terreiro da autoria de Francisco Queirós, que, citando as palavras do autor, conta a história da família Ataíde e, através dela, a história de Leiria e de muitas das suas famílias mais ilustres. O primeiro dos três volumes respeita uma ordem cronológica que vai da Idade Média ao século XVIII.

### 8.2.5 – Protocolo celebrado entre a CCAML e a CML

A Câmara Municipal de Leiria, ao suspender o Programa de Reabilitação dos Edifícios do Centro Histórico (PRECH), justificada a decisão pelos seus executivos pela falta de recursos financeiros, já que o programa passou a depender na totalidade do orçamento municipal, tendo o Governo deixado de participar, celebrou com a CCAML em 11 de Outubro de 2010, um contrato para a criação de uma linha de financiamento de 10 milhões de euros, com o intuito de reabilitar os imóveis localizados no centro histórico de Leiria.

Este protocolo visa a recuperação e reabilitação do edificado da zona histórica, permitindo financiar obras em cerca de 50 imóveis.

A CCAML apreciará e, eventualmente, concederá aos proprietários ou interessados em adquirir edifícios a reabilitar, com projectos devidamente licenciados para habitação própria, comércio e/ou arrendamento, um crédito bonificado com taxa *Euribor* a três meses, acrescida de um *spread* de 1,25 por cento (%), até ao valor máximo de 200 mil euros por cada licenciamento e que não seja superior a 75% do valor da avaliação efectuada pelo competente serviço da CCAML.

Este protocolo tem a duração de um ano, renovável por iguais períodos de tempo, podendo a linha total de crédito vir a ser alargada caso a iniciativa seja um sucesso.



## 9. NOVA IMAGEM E MARCA INSTITUCIONAL

Acompanhando as tendências contemporâneas, a CCAML sentiu necessidade de renovar a sua imagem refrescando-a, bem como, a designação da sua marca comercial que é agora Caixa de Crédito de Leiria.

Sendo uma instituição financeira que presta serviços bancários e que se caracteriza pela cooperação com actividades de carácter social e cultural desenvolvidas nas comunidades da sua área de actuação, tem ainda o compromisso de partilhar e praticar valores morais e sociais que a tornam singular no seu sector de actividade.

A evolução da imagem da Caixa de Crédito de Leiria para a presente, teve em conta a necessidade de afirmar a instituição como leitora atenta do seu tempo, dos seus mercados, das tendências actuais de comunicação e ainda a reafirmação da inalterabilidade do seu património de confiança: um Banco Regional, um Banco da Terra – na sua dupla leitura enquanto *terra* matriz geográfica que lhe confere o carácter de proximidade e *terra activo agrícola* na matriz histórica da génese da Caixa de Crédito de Leiria.

A construção da nova imagem da Caixa de Crédito de Leiria evolui na linguagem gráfica, na paleta cromática, na composição e afirmação inequívoca de modernidade. Mantém, no entanto, os mais valiosos activos imagéticos da anterior presença institucional da CCAML: a solidez do conjunto final e os elementos vegetais que identificam, perante os públicos, a Caixa de Crédito de Leiria.



Temos assim um elemento orgânico, mais próximo da realidade sensorial, humanizada, e o seu contraponto – a racionalidade da geometria – comunicando o carácter da precisão, cálculo e perfeição matemática que queremos ler nas instituições financeiras, mediado pela proximidade calorosa do serviço que só um “Banco da Terra” pode ostentar.





Com nova imagem e nova marca institucional a Caixa de Crédito de Leiria continua, no entanto, a obra iniciada em 1915, actualmente através de 16 balcões com a mesma dedicação de sempre. A CCAML mudou por fora, mas faz questão de continuar exactamente o mesmo banco de sempre – **“Caixa de Crédito de Leiria – Somos da Terra”**.

### 10. ÁREA SOCIAL

A CCAML em 2010 alcançou um universo de 12.858 associados, registando o seguinte movimento:

Sócios em 31 de Dezembro de 2009 .....	12 865
Sócios admitidos no ano de 2010 .....	50
	<hr/>
	12 915
Sócios demitidos a seu pedido no ano de 2010 .....	56
Sócios falecidos e excluídos no ano de 2010 .....	1
	<hr/>
Sócios existentes em 31 de Dezembro de 2010 .....	12 858



## 11. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE

### 11.1 – Análise e decomposição dos resultados

Em 2010, a CCAML alcançou, após a dedução dos impostos, um Resultado líquido do exercício de 2.842 milhares de euros, a que corresponde uma variação bastante favorável de 39,24 por cento, que comparada com a diminuição acentuada de 59,61 por cento verificada em 2009, resultado da evolução favorável da Margem financeira (+ 18,83 por cento) e do Produto bancário de exploração (+ 16,47 pontos percentuais).

Na formação dos resultados os maiores impactos negativos decorreram da evolução das Provisões e imparidades líquidas (+ 433 milhares de euros), resultantes da situação económica adversa, que afectou as empresas e as famílias, através das medidas impostas pelo Orçamento de Estado, nomeadamente, aumentos das cargas fiscais que levaram ao fecho de muitas empresas e, que por sua vez, se traduziram no crescimento do desemprego atingindo valores históricos.

#### DISCRIMINAÇÃO DA EVOLUÇÃO ANUAL DOS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

(milhares de euros)

Impacto positivo		Impacto negativo	
Origem	Valor	Origem	Valor
Margem financeira	1.526	Outros resultados	124
Resultados de serviços e comissões	83	Gastos com pessoal	36
Outros resultados de exploração	70	Gastos gerais administrativos	295
Amortizações do exercício	11	Provisões p. riscos gerais de crédito, líquidas reposições e anulações	77
		Provisões p. crédito cobr. Duvidosa e crédito vencido, líquidas de reposições e anulações	242
		Imparidade de outros activos	114
<b>TOTAL</b>	<b>1.690</b>	<b>TOTAL</b>	<b>888</b>

**Variação = 802**

De seguida, é analisado, individualmente, para melhor entendimento, o comportamento de cada variável (com impacto positivo ou negativo) que influencia a formação do Resultado de exploração antes de impostos, apresentando uma variação global favorável de 802 milhares de euros.

#### Variáveis com impacto positivo:

- A Margem financeira, resultante da diferença entre os juros e rendimentos similares recebidos e os juros e os encargos dispendidos, foi mais favorável face ao exercício anterior, em 1.526 milhares de euros, contribuindo significativamente para o resultado alcançado;
- O saldo líquido dos rendimentos e dos encargos de serviços e comissões apresentou uma variação favorável de 83 milhares de euros, face a 2009;
- A rubrica de Outros resultados de exploração registou um crescimento de 70 milhares de euros, face ao ano anterior;
- As amortizações registaram um ligeiro decréscimo de 11 mil euros.

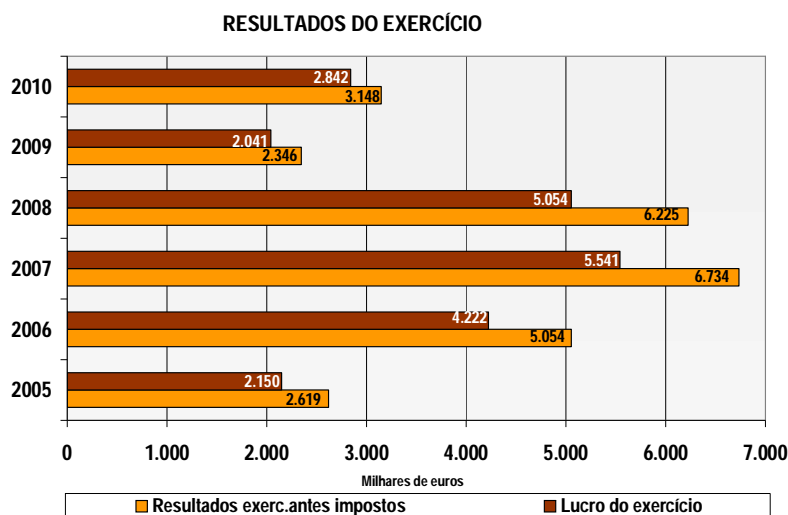


## Variáveis com impacto negativo:

- O agregado de Outros resultados viu decrescer o seu saldo em 124 milhares de euros, tendo contribuído em grande parte para este resultado desfavorável, a variação negativa do Resultado dos activos financeiros disponíveis para venda que decresceram 142 milhares de euros;
- Os Gastos com o pessoal obtiveram um crescimento ligeiro de 36 mil euros;
- Os Gastos gerais administrativos registaram um crescimento do saldo, face ao exercício anterior, todavia, efectuado de forma controlada e prevista no plano da instituição;
- As contas que integram os movimentos de provisões líquidas, tanto para riscos gerais de crédito, como para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, registaram um crescimento de 77 e 242 milhares de euros, respectivamente;
- As imparidades de activos não financeiros cresceram.

## EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

		(milhares de euros)			
Rubricas		2010	2009	Variação	
				Valor	%
1	Juros e rendimentos similares	12.782	15.297	-2.515	-16,44
2	Juros e encargos similares	3.152	7.193	-4.041	-56,17
3	MARGEM FINANCEIRA (1-2)	9.630	8.104	1.526	18,83
4	Rendimentos de instrumentos de capital	15	13	2	15,38
5	Rendimentos de serviços e comissões	1.255	1.181	74	6,26
6	Encargos com serviços e comissões	298	307	-9	-2,93
7	Resultados activos e passivos av. justo valor através result.	0	0	0	-
8	Resultados activos financeiros disponíveis p/ venda	125	267	-142	-53,18
9	Resultados de reavaliação cambial	17	9	8	88,88
10	Resultados de alienação de outros activos	8	1	7	700,00
11	Outros resultados de exploração	241	171	70	40,93
12	PROD. BANCÁRIO EXPLORAÇÃO (3+4+5-6+7+8+9+10+11)	10.994	9.439	1.555	16,47
13	Gastos com o pessoal	4.197	4.161	36	0,86
14	Gastos gerais administrativos	1.803	1.508	295	19,56
15	GASTOS ADMINISTRATIVOS (13+14)	6.000	5.669	331	5,83
16	RESULTADO OPERACIONAL (12-15)	4.994	3.770	1.224	32,46
17	Amortizações do exercício	373	384	-11	-2,86
18	Provisões líquidas de reposições e anulações	20	-57	77	-135,08
19	Reposição e anulação de provisões	1.291	1.049	242	23,06
20	Imparidade outros act financ líq reversões e recuperações	0	0	0	-
21	Imparidade outros activos líquida reversões e recuperações	162	48	114	237,50
22	RESULT. EX. ANTES DE IMPOSTOS (16-17-18-19-20-21)	3.148	2.346	802	34,18
23	Impostos correntes	739	441	298	67,57
24	Impostos diferidos	-433	-136	-297	218,38
25	LUCRO DO EXERCÍCIO (22-23-24)	2.842	2.041	801	39,24

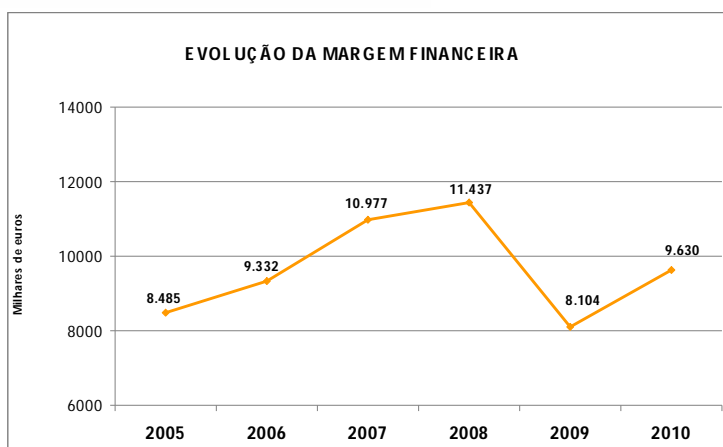


Os juros e rendimentos similares recebidos são formados na quase totalidade pelos juros recebidos, da remuneração das Aplicações em OIC (cerca de 45 por cento) e dos créditos concedidos a clientes (cerca de 41 pontos percentuais), enquanto que os juros e encargos dispendidos são formados essencialmente pelos juros pagos referentes à remuneração dos recursos dos clientes (absorvendo cerca de 95 pontos de percentagem).

## FORMAÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA

(milhares de euros)

Rubricas	2010		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Juros recebidos, dos quais:</b>	<b>12.782</b>	<b>100,00</b>	<b>15.297</b>	<b>100,00</b>	<b>-2.515</b>	<b>-16,44</b>
Aplicações em OIC	5.752	45,00	7.793	50,94	-2.041	-26,19
Crédito a clientes	5.287	41,36	6.460	42,23	-1.173	-18,15
Juros de crédito vencido	136	1,07	177	1,17	-41	-23,16
Juros e rendi/ similares outros activos financeiros	1.607	12,57	867	5,66	740	85,35
<b>Juros pagos, dos quais:</b>	<b>3.152</b>	<b>100,00</b>	<b>7.193</b>	<b>100,00</b>	<b>-4.041</b>	<b>-56,17</b>
Recursos de clientes	2.996	95,06	6.816	94,76	-3.820	-56,04
Outros	156	4,94	377	5,24	-221	-58,62
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>9.630</b>	<b>0,00</b>	<b>8.104</b>	<b>0,00</b>	<b>1.526</b>	<b>18,83</b>



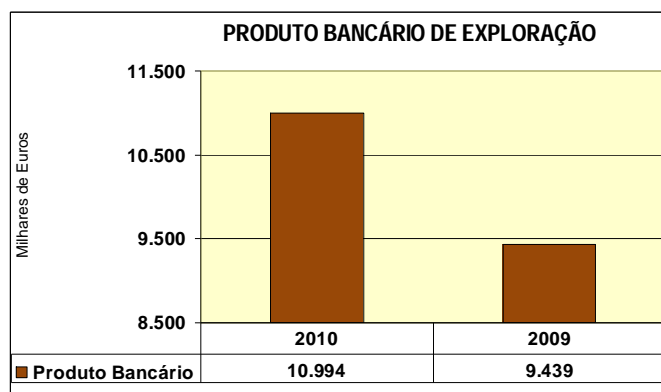
## FORMAÇÃO DAS COMISSÕES

(milhares de euros)

Rubricas	2010		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Comissões recebidas, dos quais:</b>	<b>1.255</b>	<b>100,00</b>	<b>1.181</b>	<b>100,00</b>	<b>74</b>	<b>6,26</b>
Por garantias prestadas	63	5,04	89	7,56	-26	-29,21
Por serviços prestados	934	74,37	895	75,78	39	4,35
Por operações realizadas p/ conta de terceiros	191	15,25	128	10,82	63	49,21
Outras comissões	67	5,34	69	5,84	-2	-2,89
<b>Comissões pagas, dos quais:</b>	<b>298</b>	<b>100,00</b>	<b>307</b>	<b>100,00</b>	<b>-9</b>	<b>-2,93</b>
Por serviços bancários de terceiros	261	87,70	250	81,25	11	4,40
Outras comissões	37	12,30	57	18,75	-20	-35,08
<b>COMISSÕES LÍQUIDAS</b>	<b>957</b>	<b>0,00</b>	<b>874</b>	<b>0,00</b>	<b>83</b>	<b>9,49</b>

## 11.2 – Produto bancário

O produto bancário ascendeu a 10,994 milhões de euros e situou-se acima do valor registado no ano anterior, em 1.555 milhares de euros (+ 16,47 por cento), tendo contribuído para esta variação, essencialmente, a margem financeira, com 1.526 milhares de euros (+ 18,83 pontos percentuais) e as comissões líquidas, no valor de 83 milhares de euros (+ 9,49 por cento).



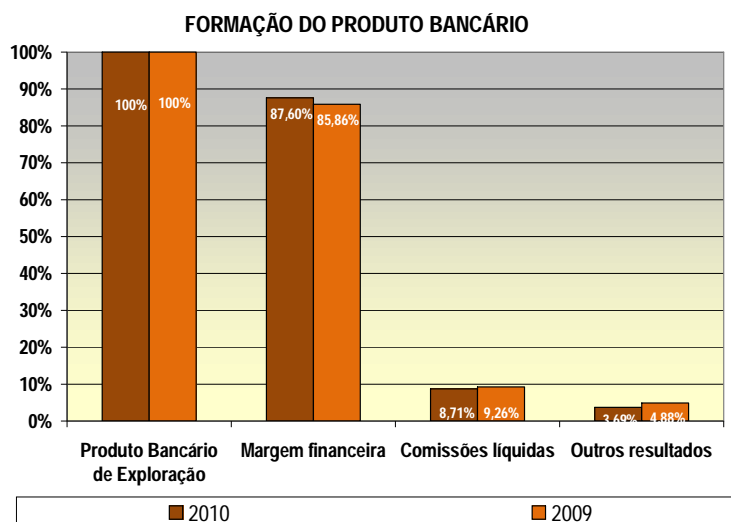
Apesar dos condicionalismos resultantes da crise financeira mundial, em 2010 contrariamente ao verificado no ano anterior, foi possível fazer crescer a margem financeira em 18,83 por cento, fixando-se em 9.630 milhares de euros, a que corresponde uma parcela de 87,60 por cento da formação total do produto bancário de exploração, contra 8,71 pontos percentuais referente às comissões líquidas e 3,69 em relação aos Outros resultados.





## FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

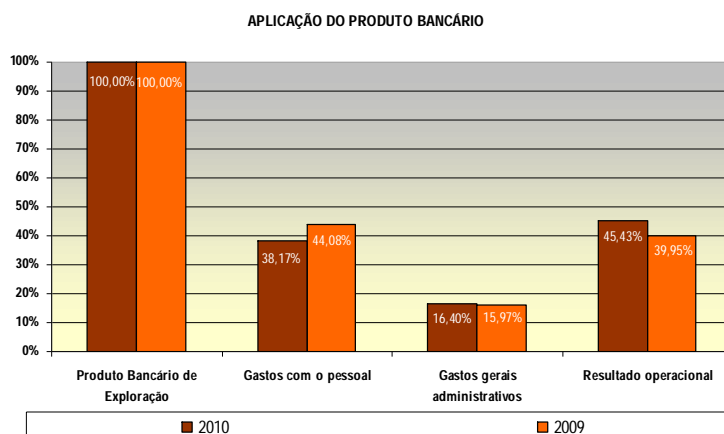
	2010		2009		(milhares de euros)	
	Valor	%	Valor	%	Variação	
Margem financeira	9.630	87,60	8.104	85,86	1.526	18,83
Comissões	957	8,71	874	9,26	83	9,49
Outros resultados	407	3,69	461	4,88	-54	-11,71
<b>Produto Bancário de Exploração</b>	<b>10.994</b>	<b>100,00</b>	<b>9.439</b>	<b>100,00</b>	<b>1.555</b>	<b>16,47</b>



Pela perspectiva de aplicação/distribuição do produto bancário, constata-se que, contrariamente ao verificado no ano de 2009, a rubrica Resultado operacional passou a registar o maior peso com 45,43 por cento face aos 39,95 do ano anterior, seguindo-se a rubrica Gastos com pessoal com 38,17 pontos percentuais (44,08 em 2009) e, finalmente, a rubrica Gastos gerais administrativos com 16,40 pontos de percentagem (15,97 em 2009).

## APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Gastos com o pessoal	4.197	38,17	4.161	44,08
Gastos gerais administrativos	1.803	16,40	1.508	15,97
Resultado operacional	4.994	45,43	3.770	39,95
<b>Produto Bancário de Exploração</b>	<b>10.994</b>	<b>100,00</b>	<b>9.439</b>	<b>100,00</b>





## 11.3 – Eficiência

No exercício de 2010, prosseguiu-se com a política de gestão sã em linha com os objectivos delineados de melhoria da eficiência interna. O rácio *cost-to-income* (peso dos gastos operacionais no produto bancário) evidenciou uma melhoria muito expressiva de 6,16 pontos percentuais, fixando-se no final de 2010 na percentagem de 57,97, face aos 64,13 por cento, verificados no período homólogo anterior.

Nesse sentido, esta melhoria de eficiência resultou do ligeiro acréscimo da rubrica de “Gastos de funcionamento ou de estrutura” em 5,28 por cento em relação a 2009 (+ 320 milhares de euros), e do contributo determinante do incremento do produto bancário de exploração em 1.555 milhares de euros (+ 16,47 por cento face a 2009), reduzindo assim, o montante necessário de libertação do produto bancário para fazer face aos custos de estrutura da instituição, traduzindo-se na melhoria do resultado operacional.

Este crescimento ligeiro dos gastos de estrutura deveu-se, essencialmente, ao incremento dos Gastos gerais administrativos em 295 milhares de euros (+ 19,56 pontos percentuais face a 2009), resultante do aumento das rubricas de fornecimento de terceiros e comunicações (em linha com a mudança para as novas instalações no edifício sede Casa do Terreiro), publicidade e edição de publicações (em linha com a alteração da nova imagem e marca) e formação de pessoal (de acordo com uma aposta na melhoria da eficácia e eficiência dos colaboradores a par com o aumento de qualidade de atendimento dos clientes).

O incremento verificado do produto bancário de exploração deveu-se, principalmente, ao esforço financeiro realizado para melhorar a margem financeira em 18,83 por cento (+ 1.526 milhares de euros face a 2009) tendo sempre presente os riscos associados daí resultantes.

### Cálculo do rácio de eficiência total (cost-to-income)

	Unidade	2010	2009
Gastos com o pessoal	mil euros	4.197	4.161
Gastos gerais administrativos	mil euros	1.803	1.508
Amortizações do exercício	mil euros	373	384
<b>Gastos de funcionamento (A)</b>	mil euros	<b>6.373</b>	<b>6.053</b>
<b>Produto bancário (C)</b>	mil euros	<b>10.994</b>	<b>9.439</b>
<b>RÁCIO COST-TO-INCOME (A/C)</b>	%	<b>57,97</b>	<b>64,13</b>

### EFICIÊNCIA RELATIVA

Rácios	2010	2009	(em percentagem)	
			Variação	
			Valor	em %
1. Gastos com pessoal / Prod. bancário exploração	38,17	44,08	-5,91 p.p.	-13,40
2. Gastos gerais administrativos / Produto bancário	16,40	15,97	0,43 p.p.	2,69
3. Amortiz. exercício / Produto bancário Exploração	3,40	4,08	-0,68 p.p.	-16,66
<b>4. RÁCIO COST-TO-INCOME (1+2+3)</b>	<b>57,97</b>	<b>64,13</b>	<b>-6,16 p.p.</b>	<b>-9,60</b>



## EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE ESTRUTURA

(milhares de euros)

Contas	2010	2009	Variação		
			Valor	%	
1. Gastos com pessoal	4.197	4.161	36	0,86	
Remuneração de órgãos de gestão e fiscalização	373	300	73	24,33	
Remuneração de empregados	2.854	2.923	-69	-2,36	
Encargos sociais obrigatórios	908	886	22	2,48	
Outros custos com pessoal	62	52	10	19,23	
2. Gastos gerais administrativos	1.803	1.508	295	19,56	
Fornecimento de terceiros	224	192	32	16,66	
Rendas e alugueres	25	28	-3	-10,71	
Comunicações	208	197	11	5,58	
Deslocações, estadas e representações	75	68	7	10,29	
Publicidade e edição de publicações	47	36	11	30,55	
Conservação e reparação	47	40	7	17,50	
Transportes	9	6	3	50,00	
Formação de pessoal	21	9	12	133,33	
Seguros	30	32	-2	-6,25	
Serviços especializados	497	496	1	0,20	
Outros serviços de terceiros	620	404	216	53,46	
3. Amortizações do exercício	373	384	-11	-2,86	
Imóveis	123	120	3	2,50	
Equipamento	203	209	-6	-2,87	
Software	47	55	-8	-14,54	
4. TOTAL DOS CUSTOS DE ESTRUTURA	6.373	6.053	320	5,28	
5. PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO	10.994	9.439	1.555	16,47	
Margem financeira	9.630	8.104	1.526	18,83	
Resultado de comissões e de outros	1.364	1.335	29	2,17	
6. RÁCIO COST-TO-INCOME (4/5)	57,97%	64,13%	-6,16	p.p.	-9,60

## INDICADORES DE FUNCIONAMENTO/PRODUTIVIDADE

INDICADORES DE FUNCIONAMENTO	Unidade	2010	2009
Activo líquido / n.º de trabalhadores	mil euros	3.943	3.900
Custos administrativos / activo líquido	%	1,48	1,37
Depósitos / N.º trabalhadores	mil euros	3.355	3.343
Gastos com pessoal / Recursos alheios	%	1,21	1,17
Produto bancário Exploração / n.º trabalhadores	mil euros	107	89
Volume de negócios / n.º trabalhadores	mil euros	7.221	7.193
Crédito a clientes / Recursos de clientes	%	44,23	43,41
Total de trabalhadores / N.º balcões	em n.º	6,4	6,6



O prosseguimento de crescimento do produto bancário em paralelo com a estabilização de crescimento controlado dos gastos de funcionamento previstos no plano, resultou em ganhos de funcionamento e produtividade, evidenciados em todos os indicadores, com destaque para a produtividade do trabalho, em que o activo líquido por colaborador cresceu 43 mil euros, fixando-se nos 3.943 milhares de euros (+ 1,09); o aumento do volume de negócios por colaborador, que se fixou em 2010 em 7.221 milhares de euros; o incremento do total de depósitos por colaborador em 12 milhares de euros, alcançando 3.355 mil euros; a redução do número de colaboradores médio por balcão de 6,6 em 2009 para 6,4 em 2010; e o aumento do crédito a clientes face aos recursos aforrados por estes cifrando-se em 44,23 por cento (+ 0,82).

A melhoria observada nos rácios de eficiência teve o contributo muito determinante dos Gastos com pessoal, que apesar de terem aumentado 0,86 por cento face a 2009, registaram uma redução de peso no produto bancário fixando-se em 2010 em 38,17 por cento, que comparado com o valor obtido no ano anterior (44,08 pontos de percentagem), se traduziu numa evolução favorável deste indicador em 5,91 pontos percentuais, explicando, assim, amplamente a melhoria global de 6,16 pontos de percentagem obtidos no rácio *Cost-to-income*.

## 11.4 – Rendibilidade

Os níveis de rendibilidade alcançados fixaram-se acima dos valores obtidos no ano de 2009, ou seja, a Rendibilidade do Activo (ROA) cifrou-se em 0,70 por cento (face aos 0,50 por cento registados no ano anterior), a Rendibilidade do Capital (ROE) ascendeu a 6,2 por cento (+ 1,84 pontos percentuais face a 2009) e o peso do Produto Bancário no Activo Líquido Médio fixou-se em 2,69 por cento (face aos 2,31 pontos percentuais alcançados em 2009).

INDICADORES DE RENDIBILIDADE	Unidade	2010	2009
A. Margem de lucro (ml)	%	18,31%	11,40%
B. Rendimento dos activos (ra)	%	3,80%	4,37%
C. Rendibilidade do activo líquido (ROA) = (ml) x (ra)	%	0,70%	0,50%
D. Relação Activo líq. médio / Recursos próprios médios	n.º	8,92	8,74
E. Rendibilidade dos recursos próprios (ROE)	%	6,20%	4,36%
F. Resultados antes impostos / Activo líquido médio	%	0,77%	0,57%
G. Produto bancário / Activo líquido médio	%	2,69%	2,31%
H. Resultados antes impostos / Recursos próprios médios	%	6,87%	5,01%

A. Resultados do exercício / Proveitos totais

B. Proveitos totais / Activo líquido médio

E. ROE = C x D

O *cash-flow* atingiu em 2010 o valor de 4.994 milhares de euros, correspondente a um incremento de 1.224 milhares de euros (+ 32,46 por cento), devendo-se essencialmente aos acréscimos registados nas rubricas de "Provisões e imparidades líquidas" e "Resultado do exercício antes de impostos" de cerca de 42 e 34 por cento, respectivamente.

### ESTRUTURA DO CASH-FLOW

Rubricas	2010		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>CASH-FLOW</b>	<b>4.994</b>	<b>100,00</b>	<b>3.770</b>	<b>100,00</b>	<b>1.224</b>	<b>32,46</b>
Amortizações	373	7,47	384	10,20	-11	-2,86
Provisões e imparidades líquidas	1.473	29,49	1.040	27,58	433	41,63
Resultado do exercício antes de impostos	3.148	63,04	2.346	62,22	802	34,18

(milhares de euros)



## 12. INDICADORES PRUDENCIAIS

## INDICADORES PRUDENCIAIS

	Unidade	2010	2009
Rácio de solvabilidade	%	29,48	31,85
Imobilizado líquido / fundos próprios	%	28,08	24,72
Provisões crédito / crédito e juros vencidos	%	88,60	92,95
Provisões para riscos gerais crédito / crédito concedido	%	0,90	0,88

A CCAML com o objectivo de manter a solidez e a sustentabilidade da instituição, prevendo e antecipando as incertezas que se vivem numa conjuntura propícia a maiores níveis de risco, reforçou os Fundos Próprios de Base Elegíveis em 1.646 milhares de euros (+ 3,2 por cento) face ao ano de 2009.

Deste modo, alcançou-se um Rácio de Solvabilidade de 29,48 por cento (31,85 pontos percentuais alcançados em 2009) e um Tier 1 de 29,26 pontos de percentagem (31,38 por cento em 2009), continuando e mantendo-se assim, muito acima do limite mínimo recomendado pelo Banco de Portugal (de 8 por cento).

A relação entre o imobilizado líquido e os fundos próprios mostram um crescimento de 3,36 por cento, fixando-se nos 28,08 pontos percentuais.

Os restantes indicadores prudenciais analisados afiguram-se compatíveis e adequados às normas recomendadas pela entidade de supervisão.

## ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS (a)

Rubricas	2010	2009	(milhares de euros) Variação	
			Valor	%
Fundos próprios base elegíveis	53.044	51.398	1.646	3,20
Fundos próprios complm. elegíveis	1.750	1.731	19	1,09
Deduções	1.376	962	414	43,03
<b>1. Fundos próprios elegíveis</b>	<b>53.419</b>	<b>52.166</b>	<b>1.253</b>	<b>2,40</b>
<b>2. Activos e elementos extrapatr. ponderados</b>	<b>159.497</b>	<b>141.340</b>	<b>18.157</b>	<b>12,84</b>
<b>3. Requisitos de fundos próprios</b>	<b>14.498</b>	<b>13.101</b>	<b>1.397</b>	<b>10,66</b>
<b>4. Fundos próprios disponíveis (1-3)</b>	<b>38.921</b>	<b>39.065</b>	<b>-144</b>	<b>-0,36</b>
<b>5. RÁCIO DE SOLVABILIDADE (1 / (3 x 12,5))</b>	<b>29,48%</b>	<b>31,85%</b>	<b>-2,37</b>	<b>p.p. -7,44</b>

## ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (a)

Rubricas	2010	2009	(milhares de euros) Variação	
			Valor	%
1. Fundos próprios de base	53.044	51.398	1.646	3,20
2. Requisitos de fundos próprios x (12,5)	181.225	163.763	17.462	10,66
<b>3. Rácio de adequação dos Fundos P. base (Tier 1)</b>	<b>29,26%</b>	<b>31,38%</b>	<b>-2,12</b>	<b>p.p. -6,75</b>

a) De acordo com as determinações do Banco de Portugal (Instrução 16/2004)



## 13. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

### 13.1 – Política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Para cumprimento da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010 e da Carta-circular do Banco de Portugal n.º 2/2010/DSB, de 1 de Fevereiro, que designadamente, estabelecem o regime de aprovação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das instituições de utilidade pública, prevêem que o órgão de administração submeta, anualmente, a aprovação da Assembleia-Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros daqueles órgãos.

### 13.2 – Declaração sobre política de remuneração

Neste ponto, transcrevemos a declaração sobre política de remuneração proposta para aprovação pelo Conselho de Administração à Assembleia-Geral, no dia 11 de Dezembro de 2009, onde consta a composição discriminada das remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização, que veio a ser aprovada por unanimidade.

#### **“Declaração Sobre Política de Remuneração**

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL. é uma cooperativa de crédito, fundada em 3 de Janeiro de 1915 e tem como área de acção os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém.

Nos primeiros 65 anos da sua existência, isto é, até 1980, os Órgãos Sociais foram constituídos exclusivamente por agricultores associados sem remuneração.

O crescimento da Instituição, a abertura de agências, o aumento do volume de negócio e o controlo das autoridades monetárias, recomendaram que a partir daquela data a Administração da CCAML passasse a ser feita por profissionais qualificados oriundos dos quadros da própria CCAML.

Face ao antecedente, a política de remuneração dos Órgãos Sociais da CCAML, considerando a Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, e nos termos do n.º 2 do Artigo 12.º dos Estatutos, sobre a remuneração dos Órgãos Sociais, a política de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização da CCAML obedece aos seguintes princípios:

- 1.º A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é aprovada pela Assembleia Geral não havendo recurso nesta matéria a consultores externos;
- 2.º O desempenho do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é apreciado pela Assembleia Geral;
- 3.º A remuneração base é indexada ao Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo, considerando a origem dos Órgãos Sociais;
- 4.º A remuneração do Conselho de Administração é constituída por:
  - a) Presidente – Remuneração do nível 18 do ACT das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo, acrescido de um subsídio de função fixo no valor de € 1.200,00;
  - b) Vice-Presidente – Remuneração do Nível 17 do ACT das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo, acrescido de um subsídio de função fixo no valor de € 600,00;
  - c) Vogais - Remuneração do Nível 17 do ACT das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo, acrescido de um subsídio de função fixo no valor de € 300,00;
  - d) Os Administradores a quem for confiada a gestão corrente, nos termos do n.º 3 do Artigo 24º dos Estatutos, têm um acréscimo remuneratório correspondente a duas horas de isenção de horário de trabalho;





5.º A remuneração do Conselho Fiscal é constituída por:

- a) Presidente - A remuneração mensal corresponde a 20% do nível 18 do ACT das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo;
- b) Vogais – A remuneração mensal corresponde a 20% do Nível 17 do ACT das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo;

6.º As remunerações enunciadas nos pontos 4 e 5, a exemplo do que sucede com a generalidade dos colaboradores da Instituição, são processadas com as seguintes regras:

- a) Todas as remunerações propostas são processadas por 15 meses;
- b) O subsídio de almoço é pago em condições idênticas às que são devidas aos membros do quadro de pessoal, ou seja, serão processadas apenas em 11 meses, por ano;
- c) As remunerações descritas nos pontos anteriores podem ser revistas anualmente nas mesmas condições em que for revisto o ACT;

7.º Inexistência de uma remuneração variável com base nos eventuais lucros da CCAML, não só, por fidelidade aos princípios expressos no Artigo 99º do regime Jurídico, aprovado pelo Decreto n.º 5219 de 8 de Janeiro de 1919, mas, ainda, e principalmente, porque se entendeu de elevado risco estimular quem iria beneficiar do crescimento que essencialmente seria pelo crescimento do crédito.

Leiria, 11 de Dezembro de 2009"

## 13.3 – Informação sobre a remuneração dos membros dos órgãos sociais

### INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS EM 2010

Órgãos Sociais	Cargo	Remuneração
<b>Conselho de Administração</b>		
- Mário Ferreira Matias	Presidente	€ 67.013,56
- Jorge Manuel Pereira Cova	Vice-Presidente	€ 74.782,80
- Ernestina Maria Lourenço Tavares dos Santos	Vogal	€ 69.466,52
- Adriano da Silva Marques Ferreira	Vogal	€ 70.030,06
- António José Almeida Sequeira	Vogal	€ 49.228,19
<b>Conselho Fiscal</b>		
- Oliveira de Jesus Soares	Presidente	€ 9.153,18
- Filipe José Cândido da Silva	Vogal	€ 8.192,18
- Alexandre Moura Valente	Vogal	€ 8.312,52
- Afonso Marcelino dos Santos	Vogal (substituto)	€ 8.198,09



## 14. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, para os resultados líquidos apurados no fim do exercício de 2010, no montante 2 842 027,15 euros, a seguinte distribuição:

	(em euros)
▪ Cobertura de resultados transitados negativos (derivados de ajustamentos pela aplicação das NCA's) .....	52 256,70
▪ Reserva legal .....	1 500 000,00
▪ Reserva especial .....	1 288 770,45
▪ Reserva para educação e formação cooperativa .....	500,00
▪ Reserva para mutualismo .....	500,00

Se esta proposta de distribuição dos excedentes líquidos merecer a aprovação da Assembleia Geral, a situação líquida da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria passa a discriminar-se assim:

<b>Capital Social</b> .....	<b>35 131 500,00</b>
<b>Reservas</b> .....	<b>11 080 131,53</b>
Reserva legal .....	12 500 000,00
Reserva para educação e formação cooperativa .....	17 500,00
Reserva para mutualismo .....	24 500,00
Reservas resultantes da valorização ao justo valor .....	(5 257 464,26)
Reserva de reavaliação legais .....	547 915,64
Reservas por impostos diferidos .....	1 116 203,54
Reserva especial .....	2 131 476,61
<b>Situação líquida</b> .....	<b>46 211 631,53</b>

**Nota:** Os resultados transitados negativos, no montante de 52 256,70 euros devem-se, fundamentalmente, ao reconhecimento de parte dos impactos da transição para as NCA's, decorrentes da adopção da IAS 19, referentes ao Fundo de Pensões e Encargos com o SAMS.

### Nota final:

Nenhum facto relevante ocorreu desde o fim do exercício até esta data, que justifique referência especial neste relatório.

Leiria, 7 de Março de 2011

O Conselho de Administração

*[Handwritten signatures of the Board of Directors]*



## CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Matriculada na C.R.C. de Leiria, com o n.º único de matrícula e de identificação fiscal 500 978 921

Sede: Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25 - 2400-112 LEIRIA

### Balanço em base individual (NCA)

31 de Dezembro de 2010

	Notas/ Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13	9.058.629		9.058.629	10.199.318
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	5.895.289		5.895.289	6.686.111
Activos financeiros detidos para negociação					
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
Activos financeiros disponíveis para venda	15	48.834.712	0	48.834.712	37.858.158
Aplicações em instituições de crédito	16	181.472.286	0	181.472.286	199.368.873
Crédito a clientes	17	152.872.521	12.091.402	140.781.119	143.068.748
Investimentos detidos até à maturidade					
Activos com acordo de recompra					
Derivados de cobertura					
Activos não correntes detidos para venda	18	5.723.395	542.220	5.181.175	3.387.302
Propriedades de investimento					
Outros activos tangíveis	19	17.498.529	6.264.106	11.234.423	10.028.831
Activos intangíveis	20	1.823.590	1.295.336	528.254	489.321
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21	2.500		2.500	2.500
Activos por impostos correntes	29	0		0	360.361
Activos por impostos diferidos	30	2.281.528		2.281.528	850.248
Outros activos	22	919.688	32.654	887.034	1.095.383
<b>Total de Activo</b>		426.382.667	20.225.718	406.156.949	413.395.154

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração





## CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Matriculada na C.R.C. de Leiria, com o n.º único de matrícula e de identificação fiscal 500 978 921

Sede: Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25 - 2400-112 LEIRIA

### Balanço em base individual (NCA)

31 de Dezembro de 2010

	€		
	Notas/ /Quadros anexos	Ano	Ano anterior
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Recursos de outras instituições de crédito	23	66.676	173.487
Recursos de clientes e outros empréstimos	24	345.572.474	354.311.981
Responsabilidades representadas por títulos			
Passivos financeiros associados a activos transferidos			
Derivados de cobertura			
Passivos não correntes detidos para venda			
Provisões	25	1.381.621	1.361.831
Passivos por impostos correntes	29	26.268	0
Passivos por impostos diferidos	30	39.106	157.107
Instrumentos representativos de capital	27	7.098.191	7.544.542
Outros passivos subordinados			
Outros passivos	26	5.760.981	2.379.159
<b>Total de Passivo</b>		359.945.317	365.928.107
<b>Capital</b>			
Capital	27	35.131.500	35.131.030
Prémios de emissão			
Outros instrumentos de capital			
Acções próprias			
Reservas de reavaliação	28	-3.593.344	452.311
Outras reservas e resultados transitados	28	11.831.449	9.842.240
Resultado do exercício		2.842.027	2.041.466
Dividendos antecipados		0	0
<b>Total de Capital</b>		46.211.632	47.467.047
<b>Total de Passivo + Capital</b>		406.156.949	413.395.154

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



## CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Matriculada na C.R.C. de Leiria, com o n.º único de matrícula e de identificação fiscal 500 978 921

Sede: Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25 - 2400-112 LEIRIA

### Demonstração de Resultados em base individual (NCA)

31 de Dezembro de 2010

	Notas/ /Quadros anexos	Ano	€ Ano anterior
Juros e rendimentos similares	2	12.782.209	15.296.869
Juros e encargos similares	2	3.151.799	7.192.681
<b>Margem Financeira</b>		9.630.410	8.104.188
Rendimentos de instrumentos de capital	3	14.646	12.716
Rendimentos de serviços e comissões	4	1.255.302	1.181.350
Encargos com serviços e comissões	4	297.596	307.177
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	5	125.310	266.555
Resultados de reavaliação cambial	6	17.026	9.259
Resultados de alienação de outros activos	7	8.158	770
Outros resultados de exploração	8	240.543	171.393
<b>Produto bancário</b>		10.993.799	9.439.054
Custos com pessoal	9	4.196.646	4.160.985
Gastos gerais administrativos	10	1.803.290	1.507.607
Amortizações do exercício	19 e 20	373.188	384.467
Provisões líquidas de reposições e anulações	11	19.790	-57.218
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	12 e 17	1.290.960	1.048.918
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	18	161.968	48.366
<b>Resultado antes de impostos</b>		3.147.957	2.345.929
Impostos			
Correntes	29	739.007	440.607
Diferidos		-433.077	-136.144
<b>Resultado após impostos</b>		2.842.027	2.041.466
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	-9.500

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



## CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS – NCA's EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

### NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria (adiante apenas designada por "CCAM") foi constituída em 3 de Janeiro de 1915, tem actualmente como âmbito de acção e actividade os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém, sendo a cobertura feita através de uma rede de dezasseis balcões ligados "on line" entre si e a sede.

A CCAM é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada que pratica as operações permitidas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro, e alterado por vários diplomas subsequentes, tendo obtido autorização para a prática de operações de crédito com não associados, nos limites e condições previstos no n.º 2 do artigo 28.º do RJCAM, bem como operações de crédito com finalidades distintas das previstas no artigo 27.º e com os limites estabelecidos no n.º 6 do artigo 36.º-A do mesmo RJCAM.

Até ao exercício de 2005, inclusive, a CCAM preparou as suas contas de acordo com a Instrução n.º 4/96 (PCSB), tendo passado a aplicar as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) a partir do exercício de 2006.

### NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### A) Bases de Apresentação

Os valores apresentados estão expressos em euros.

Para os períodos até 31 de Dezembro de 2005, inclusive, as demonstrações financeiras da CCAM, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário ("PCSB") e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

A partir do exercício de 2006, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras da CCAM passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, no Aviso n.º 1/2005, de 28 de Fevereiro, e outra legislação subsequente.

Em consequência, para as matérias reguladas no Aviso n.º 1/2005 e nos Avisos que determinam o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões, não são aplicáveis as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), sendo estas aplicáveis às restantes matérias.

As matérias reguladas no Aviso n.º 1/2005 são, em síntese, as seguintes:

#### A.1 - CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES

Entende-se por crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor, abrangendo a actividade típica da concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros, realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.





Na valorimetria dos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber), é observado o seguinte:

- a) Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo valor nominal, não podendo, quer nessa data quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos em reclassificações para as restantes categorias de activos financeiros;
- b) A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados;
- c) Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês;
- d) Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo a regra da alínea anterior;
- e) Os créditos e valores a receber de outros devedores são objecto de correcção de acordo com o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões para risco específico, conforme determina o Banco de Portugal no Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho;
- f) Para efeitos da provisão para risco específico, os créditos e juros vencidos são classificados por classe de risco, classes I a XII, de 3 a 60 meses, conforme Instrução do Banco de Portugal n.º 6/2005, de 28 de Fevereiro. As prestações vencidas e não cobradas relativas a um mesmo contrato são consideradas na classe de risco da que se encontra por cobrar há mais tempo;
- g) A provisão para risco específico varia até atingir 100%, sendo que esta cobertura pode ser atingida na classe V ou na classe XII, consoante a natureza do crédito e a garantia adstrita;
- h) São também provisionados os créditos de cobrança duvidosa correspondentes a prestações vincendas de uma mesma operação de crédito, nas condições do n.º 4.º do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal;
- i) São ainda constituídas provisões genéricas para o total do crédito em carteira, incluindo o representado por aceites, garantias, compromissos irrevogáveis e outros instrumentos de natureza análoga, abatido do sujeito a provisões específicas. As provisões genéricas variam entre 0,5% e 1,5% dos créditos.

### A.2 - RESTANTES ACTIVOS FINANCEIROS

No âmbito da valorização (e cálculo da imparidade) dos restantes activos financeiros é considerado o quadro mínimo de referência estabelecido no Aviso n.º 3/95 e na Instrução n.º 7/2005, de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

### A.3 - ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verifiquem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que os ajustamentos de valor daí resultantes serão incorporados em sub-rubrica apropriada da conta "Reservas de reavaliação legais".



## B) Principais Políticas Contabilísticas

### B1 - CRÉDITO A CLIENTES

O crédito a clientes (e os valores a receber de outros devedores) é registado de acordo com os critérios acima referidos nas bases de apresentação.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas às operações de crédito, por se considerarem imateriais, são directamente reconhecidas em resultados do exercício.

A anulação contabilística de créditos é feita por utilização das provisões para crédito vencido quando estas correspondam a 100% do valor do crédito.

#### Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As garantias prestadas emitidas pela CCAM, são passivos eventuais uma vez que garantem o cumprimento perante terceiros das obrigações dos seus clientes no caso de estes falharem os compromissos assumidos.

Os compromissos irrevogáveis, na generalidade, são acordos contratuais de curto prazo para utilização de linhas de crédito que geralmente têm associados prazos fixos, ou outras cláusulas de expiração, e requerem o pagamento de uma comissão. Os compromissos da CCAM com linhas de crédito estão na sua maioria condicionados à manutenção pelo cliente de determinados parâmetros, à data de utilização dessa facilidade.

As garantias prestadas e os compromissos irrevogáveis são reconhecidos pelo valor em risco, sendo as comissões ou juros associados a estas operações, registados em resultados ao longo da sua vida.

### B2 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço na data de negociação ou contratação, salvo excepções de carácter contratual, legal ou regulamentar.

No momento inicial são reconhecidos ao justo valor acrescido dos custos de transacção directamente atribuíveis, com excepção dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em que os custos de transacção são de imediato reconhecidos em resultados.

#### B2.1 - ACTIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO OU RECONHECIDOS AO JUSTO VALOR EM RESULTADOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo.

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo ou de rendimento variável transaccionados em mercados activos classificados como de negociação.

Estes activos e passivos financeiros são avaliados ao justo valor, com os custos e proveitos associados às transacções, registados em resultados; os ganhos e perdas resultantes das alterações do justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros corridos e não cobrados das obrigações e outros títulos de rendimento fixo são reconhecidos no valor de Balanço.



## **B2.2 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

Esta rubrica inclui os activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através da conta de resultados (i.e. instrumentos financeiros de negociação).

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação ou de crédito e os títulos de rendimento variável disponíveis para venda.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, os respectivos ganhos e perdas são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica "reservas de reavaliação de justo valor" (excepto no caso de perdas de imparidade) até que o activo seja vendido. Nesse momento o ganho ou perda anteriormente reconhecida no capital próprio é revertido para resultados.

Os juros corridos de obrigações e de outros títulos de rendimento fixo são registados em resultados à taxa de juro nominal.

## **B3 - ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA**

Os activos não correntes detidos para venda são aqui classificados quando se prevê que o seu valor de Balanço seja recuperado através de alienação. A sua valorização deve ser efectuada ao menor dos valores entre o custo de aquisição e o valor de avaliação periódica; caso exista uma perda por imparidade, na avaliação inicial ou subsequente esta deve ser registada em resultados. As mais-valias potenciais não são reconhecidas no Balanço. Estes activos não são objecto de qualquer amortização.

Esta rubrica inclui imóveis, equipamento e outros bens recebidos em dação em cumprimento que passaram à posse da CCAM para regularização de crédito concedido.

## **B4 - ACTIVOS TANGÍVEIS**

Os activos tangíveis são registados ao custo de aquisição e a respectiva depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, aplicada ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	3 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
Viaturas	4

## **B5 - ACTIVOS INTANGÍVEIS**

Os activos intangíveis são compostos, essencialmente, por aquisição de software (sistemas de tratamento automático de dados) e outros activos intangíveis, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estes activos são amortizados no período de 3 anos pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com o critério fiscal aplicável.



## **B6 - OUTROS ACTIVOS**

Esta rubrica residual inclui todos os activos não enquadrados em outras rubricas, não existindo uma valorimetria específica; é observado o princípio definido na Instrução n.º 7/2005 de que os activos não financeiros estão em imparidade quando a sua quantia escriturada excede a quantia recuperável.

## **B7 - DEPÓSITOS E OUTROS RECURSOS**

Os depósitos e recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva resulta do desconto dos pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do passivo financeiro para o valor líquido actual de Balanço. O cálculo inclui as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas aos depósitos e outros recursos, por se considerarem imateriais, são directamente reconhecidas em resultados do exercício.

## **B8 - PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS**

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente, processos judiciais e outras perdas expectáveis decorrentes da actividade. O seu reconhecimento efectua-se sempre que exista uma obrigação presente, legal ou construtiva, seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

## **B9 - IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS**

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a CCAM, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à Instituição.

Desde 2001, tal como no exercício actual a CCAM foi tributada em base individual ao abrigo do Estatuto Fiscal Cooperativo (EFC). Para o apuramento da repartição dos custos pelas actividades à taxa reduzida de 20% (abrangidas pelo EFC) e às taxas gerais de 12,5% e 25% consoante o escalão (excluídas do EFC), a CCAM elaborou um normativo interno que explicita os critérios seguidos no seu apuramento.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no Balanço e a sua base tributável.

Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos activos.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos até ao montante em que seja expectável existirem lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis.

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado directamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam creditados ou debitados, no mesmo ou num diferente período, directamente ao capital próprio. Neste exercício foi adoptado este reconhecimento relativamente aos títulos de dívida pública.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da CCAM durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda susceptíveis de revisão.



## B10 - RESPONSABILIDADE COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### B10.1 - FUNDO DE PENSÕES

Face às responsabilidades assumidas para com os seus funcionários, a CCAM aderiu ao *Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo* que se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social, relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo Acordo Colectivo de Trabalho das *Instituições de Crédito Agrícola Mútuo (ACT)*, sendo esses complementos calculados, por referência ao ACT, de acordo com:

- (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma;
- (ii) o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo;
- (iii) o número total de anos de serviço à data de reforma.

A partir do exercício de 2008, inclusive, o financiamento das responsabilidades com o SAMS passou também a ser assegurado pelo Fundo de Pensões.

O valor global das *responsabilidades com pensões e outros benefícios*, encontra-se, consoante a respectiva natureza, registado em Outros Passivos ou em Outros Activos. O valor correspondente ao exercício de 2010, no montante de 462.772 euros, por ter natureza credora, é apresentado na rubrica Outros Passivos.

Nos termos do n.º 2 do n.º 11.º do Aviso n.º 12/2001, as instituições de crédito que apliquem as NCA's, devem divulgar em nota adequada do anexo às contas, diversa informação relativa às responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência, a qual será detalhada mais adiante na Nota 26.

### B10.2 – PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

Nos termos do ACT a CCAM assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados no activo, que completem os quinze, vinte e cinco e trinta anos de serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois e três meses de remuneração mensal no ano de atribuição.

De acordo com a Carta Circular 12/06/DSBDR de 20 de Janeiro de 2006, a CCAM reconheceu em Outros Passivos, aquelas responsabilidades (ver Nota 26). O acréscimo do exercício, no montante de 36.674 euros, foi apurado com base nos critérios utilizados pelo Crédito Agrícola. No mesmo período, foi colocado à disposição dos beneficiários o total de 11.425 euros.

### B10.3 – ENCARGOS COM O SAMS

Conforme já foi referido, a partir do exercício de 2008, inclusive, o financiamento das responsabilidades com o SAMS passou a ser assegurado pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, tendo-se procedido à reclassificação dessas responsabilidades. No final do ano de 2008, o Banco de Portugal emitiu um novo aviso (Aviso n.º 7/2008), no qual permite diferir os impactos decorrentes da transição para a IAS 19, por um período adicional de três anos face ao período estipulado inicialmente. Assim, o montante de 575.450 euros, que em 31-12-2007 ainda estava por reconhecer em resultados transitados, é imputado ao longo de nove anos, sendo o montante a reconhecer anualmente de 63.939 euros.



## B11 – CAPITAL

Nos termos do art.º 14.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.500.000); prevê ainda no art. 15º um capital mínimo a subscrever em títulos de capital por cada associado (i.e. € 500).

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art.º 17.º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

Sempre que existam títulos de capital “extraordinário” sujeitos a remuneração, o montante total destes títulos, acrescido dos respectivos juros corridos, é reclassificado para a respectiva rubrica de Passivo, “Instrumentos representativos de capital”.

## B12 - FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

A CCAM aderiu ao *Fundo de Garantia de Depósitos*, que foi constituído em Novembro de 1994 com o objectivo de garantir o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito aderentes.

O limite do compromisso irrevogável de pagamento (montante “até ao qual as instituições de crédito participantes podem substituir o pagamento da referida contribuição pelo compromisso irrevogável de o efectuarem em qualquer momento em que o Fundo o solicite, no todo ou em parte”) a aplicar naquela contribuição anual foi fixado em 10% para o exercício de 2010 (10% também em 2009).

Em 2010, a taxa contributiva de base aplicável é de 0,03%, sendo a respectiva contribuição paga, de 73.631 euros, reconhecida em custos de forma linear ao longo do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2010, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a CCAM tinha dado em penhor 700.000 euros em OT 4,45% – Junho 2008-2018, para caução do compromisso irrevogável de pagamento de contribuições relativas aos contratos celebrados com o Fundo de Garantia de Depósitos.

## B13 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

A CCAM segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

## B14 – OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

A compra e a venda de notas e moedas estrangeiras são convertidas para euros com base na taxa de câmbio no dia da operação; as existências no final do ano foram convertidas para euros com base no câmbio médio à vista de referência à data de 31 de Dezembro de 2010, divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo *Banco de Portugal*. As restantes operações em moeda estrangeira, são realizadas por uma instituição bancária em regime de comissão (prestação de serviços).





## B15 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS

As participações financeiras podem ser consideradas empresas filiais, sempre que a CCAM detém o controlo ou o poder para o controlo da gestão da entidade, ou empresas associadas, aquelas em que a CCAM exerce directa ou indirectamente uma influência significativa sobre a sua gestão mas não detém o controlo da empresa. Presume-se que existe influência significativa quando a participação no capital é igual ou superior a 20%.

### NOTA 2 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>		
Juros de disponibilidades em Bancos Centrais	70,258	86,389
Juros de disponibilidades e aplicações em Instituições Financeiras	5,681,823	7,706,531
Juros de Crédito	5,422,684	6,637,432
Juros de Activos Financeiros disponíveis para Venda	1,607,360	866,366
Outros Juros e Rendimentos Similares	84	151
	<b>12,782,209</b>	<b>15,296,869</b>
<b>Juros e Encargos Similares</b>		
Juros de Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	688	67,215
Juros de Depósitos de Clientes	2,995,983	6,815,759
Outros Juros e Encargos Similares	155,128	309,707
	<b>3,151,799</b>	<b>7,192,681</b>
<b>Margem Financeira</b>	<b>9,630,410</b>	<b>8,104,188</b>

### NOTA 3 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2010	31-12-2009
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	14,646	12,716
	<b>14,646</b>	<b>12,716</b>



## NOTA 4 – RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Rendimentos de Serviços e Comissões</b>		
Por garantias prestadas	63,323	89,328
Por serviços bancários prestados	933,528	895,230
Por operações realizadas por conta de terceiros	191,427	127,814
Outras comissões recebidas	67,024	68,978
	<b>1,255,302</b>	<b>1,181,350</b>
<b>Encargos com Serviços e Comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	260,983	249,568
Por operações realizadas por terceiros	0	0
Outras comissões pagas	36,613	57,609
	<b>297,596</b>	<b>307,177</b>

## NOTA 5 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2010			31-12-2009		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
<b>Instrumentos de Dívida</b>						
De Dívida Pública						
Títulos de Dívida Pública	125,310	0	125,310	340,710	74,155	266,555
	<b>125,310</b>	<b>0</b>	<b>125,310</b>	<b>340,710</b>	<b>74,155</b>	<b>266,555</b>

## NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2010			31-12-2009		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
<b>Reavaliação Cambial</b>						
Ganhos/Perdas em Diferenças Cambiais	23,243	6,217	17,026	14,472	5,213	9,259
	<b>23,243</b>	<b>6,217</b>	<b>17,026</b>	<b>14,472</b>	<b>5,213</b>	<b>9,259</b>



## NOTA 7 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2010			31-12-2009		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
<b>Alienação de Outros Activos</b>						
Activos Não Correntes Detidos p/ Venda	0	0	0	32,750	42,250	-9,500
Outros Activos Tangíveis	8,158	0	8,158	10,270	0	10,270
	<b>8,158</b>	<b>0</b>	<b>8,158</b>	<b>43,020</b>	<b>42,250</b>	<b>770</b>

## NOTA 8 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Outros Proveitos Operacionais</b>		
Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais	485,082	440,038
	<b>485,082</b>	<b>440,038</b>
<b>Outros Custos Operacionais</b>		
Impostos Directos e Indirectos	10,483	18,070
Quotizações e Donativos	155,881	142,315
Contribuições para o FGD	73,631	70,703
Outros Encargos e Gastos Operacionais	4,544	37,557
	<b>244,539</b>	<b>268,645</b>
	<b>240,543</b>	<b>171,393</b>

## NOTA 9 – CUSTOS COM O PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Vencimentos e Salários</b>		
Remuneração Órgãos de Gestão e Fiscalização	372,685	300,012
Remuneração Empregados	2,853,610	2,923,452
<b>Encargos Sociais Obrigatórios</b>		
Segurança Social	606,403	604,815
SAMS	162,003	162,539
Fundo de Pensões	109,797	92,736
Outros Encargos Obrigatórios	30,009	25,702
<b>Outros Custos com o Pessoal</b>		
Serviços Clínicos	0	4,600
Contribuições para Associações de Empregados	18,710	18,350
Outros	43,429	28,779
	<b>4,196,646</b>	<b>4,160,985</b>



## NOTA 10 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2010	31-12-2009
Água, Energia e Combustíveis	97.049	85.849
Material de Consumo Corrente	109.983	96.850
Publicações	2.525	2.864
Material de Higiene e Limpeza	4.058	2.635
Outros Fornecimentos de Terceiros	10.807	4.184
Rendas e Alugueres	25.335	28.155
Comunicações	207.554	196.632
Deslocações Estadas e Representação	75.140	67.521
Publicidade e Edição de Publicações	46.580	35.860
Conservação e Reparação	46.778	39.970
Transportes	8.653	6.454
Formação de Pessoal	20.593	9.440
Seguros	29.869	31.580
Serviços Especializados		
Avenças e Honorários	63.478	68.535
Judiciais Contencioso e Notariado	109.083	65.179
Informática	205.562	178.652
Segurança e Vigilância	19.287	280
Limpeza	69.362	64.569

## NOTA 11 – PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	31-12-2010	31-12-2009
Dotações	84,547	41,388
Reversões	64,757	98,606
<b>Saldo (Dotações - Reversões)</b>	<b>19,790</b>	<b>-57,218</b>

## NOTA 12 – CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES (LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES)

O valor desta rubrica apresenta a seguinte variação:

	31-12-2010	31-12-2009
Dotações	1,586,787	1,234,456
Reversões	295,827	185,538
<b>Saldo (Dotações - Reversões)</b>	<b>1,290,960</b>	<b>1,048,918</b>



## NOTA 13 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Caixa</b>	2,685,087	4,189,118
<b>Depósitos à Ordem em Bancos Centrais</b>		
Banco de Portugal	6,373,542	6,010,200
	<b>9,058,629</b>	<b>10,199,318</b>

A rubrica Depósitos à Ordem em Bancos Centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

## NOTA 14 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito no País</b>		
Depósitos à ordem	4,641,072	5,446,511
Cheques a Cobrar	1,254,217	1,239,600
	<b>5,895,289</b>	<b>6,686,111</b>

## NOTA 15 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2010						
	Valor Nominal	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
				Positiva	Negativa		
Instrumentos de Dívida							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública	50.872.148	46.819.478	802.572		4.772.184		47.622.050
Instrumentos de Capital							
Participações Financeiras							
Ações	50.125	1.212.662					1.212.662
Outras							
	50.922.273	48.032.140	802.572	0	4.772.184	0	48.834.712



	31-12-2009						
	Valor Nominal	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
				Positiva	Negativa		
Instrumentos de Dívida							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública	35,553,134	36,383,974	261,522	488,611	121,336		36,645,496
Instrumentos de Capital							
Participações Financeiras							
Ações	50,125	1,212,662					1,212,662
Outras							
	35,603,259	37,596,636	261,522	488,611	121,336	0	37,858,158

## NOTA 16 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Aplicações em Instituições de Crédito no País</b>		
Depósitos	180,007,915	198,715,520
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>		
Juros de Aplicações em Instituições de Crédito	1,464,371	653,353
	<b>181,472,286</b>	<b>199,368,873</b>





## NOTA 17 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Credito Interno + Juros</b>		
<b>Empresas e Administrações Publicas</b>		
Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeitos	1,491,034	2,069,958
Empréstimos	50,424,137	51,519,948
Créditos em Conta Corrente	8,283,322	7,742,542
Descobertos em Depósitos à Ordem	4,330	5,853
<b>Particulares</b>		
Habituação	47,165,418	46,991,025
Consumo	3,677,400	2,182,637
Outras Finalidades		
Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeito	396,300	561,126
Empréstimos	24,858,519	28,502,779
Créditos em Conta Corrente	1,358,142	1,203,049
Descobertos em Depósitos à Ordem	7,449	4,384
	<b>137,666,051</b>	<b>140,783,301</b>
<b>Credito e Juros Vencidos</b>		
<b>Empresas e Administrações Publicas</b>	10,303,179	8,896,345
<b>Particulares</b>		
Habituação	1,090,280	945,631
Consumo	256,341	299,552
Outras Finalidades	3,549,126	2,945,970
<b>Juros Vencidos a Regularizar</b>	7,544	9,731
	<b>15,206,470</b>	<b>13,097,229</b>
<b>Provisões Acumuladas</b>		
Para Crédito de Cobrança Duvidosa	-115,345	-59,685
Para Crédito Vencido	-11,976,057	-10,752,097
	<b>-12,091,402</b>	<b>-10,811,782</b>
	<b>140,781,119</b>	<b>143,068,748</b>

Os movimentos ocorridos nas provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, foram os seguintes:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Saldo Inicial</b>	<b>10,811,782</b>	<b>9,762,864</b>
Dotações	1,586,787	1,234,456
Utilizações	11,340	0
Reversões	295,827	185,538
<b>Saldo Final</b>	<b>12,091,402</b>	<b>10,811,782</b>



## NOTA 18 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Activos Não Correntes Detidos para Venda</b>		
Imoveis	5,717,657	3,761,817
Outros Activos	5,738	5,738
<b>Provisões para Imparidade - Activos Não Financeiros</b>		
Activos Tangíveis Não Correntes Detidos p/ Venda	-542,220	-380,253
	<b>5,181,175</b>	<b>3,387,302</b>

O movimento ocorrido nas provisões desta rubrica:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Saldo Inicial</b>	<b>380,253</b>	<b>381,922</b>
Dotações	161,967	66,600
Utilizações	0	50,035
Reversões	0	18,234
<b>Saldo Final</b>	<b>542,220</b>	<b>380,253</b>

O acréscimo verificado no valor dos Imóveis em 2010, no montante de 1.955.840 euros, deve-se à aquisição de bens que eram de Soares & Barosa, Lda., no âmbito do processo de insolvência da referida sociedade.

## NOTA 19 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Imóveis</b>		
De Serviço Próprio	5.002.994	5.119.715
Obras em Imóveis Arrendados	0	0
<b>Equipamento</b>		
Mobiliário e Material	7.423	11.176
Maquinas e Ferramentas	79.723	66.134
Equipamento Informático	161.068	93.963
Instalações Interiores	38.183	53.151
Material de Transporte	68.262	68.343
Equipamento de Segurança	85.528	109.760
Outro Equipamento	0	0
<b>Outros Activos Tangíveis</b>		
Diversos	0	0
Património Artístico	29.547	35.537
<b>Activos Tangíveis em Curso</b>		
Imóveis	5.583.879	4.439.351
Equipamento	177.816	31.701



O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Outros Activos Tangíveis	Activos Tangíveis em Curso	Total
<b>Saldo Líquido a 31-Dez-2009</b>	<b>5,119,715</b>	<b>402,527</b>	<b>35,537</b>	<b>4,471,052</b>	<b>10,028,831</b>
Compras		241,604		1,290,643	1,532,247
Abates (Líquido)					0
Amortizações do Exercício	116,721	203,944	5,990		326,655
Transferências					0
<b>Saldo Líquido a 31-Dez-2010</b>	<b>5,002,994</b>	<b>440,187</b>	<b>29,547</b>	<b>5,761,695</b>	<b>11,234,423</b>

## NOTA 20 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Outros Activos Intangíveis</b>		
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	514,325	40,082
Outros Activos Intangíveis	0	0
Activos Intangíveis em Curso	13,929	449,239
	<b>528,254</b>	<b>489,321</b>

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Sistemas de Tratamento Automático de Dados	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em Curso	Total
<b>Saldo Líquido a 31-Dez-2009</b>	<b>40,082</b>	<b>0</b>	<b>449,239</b>	<b>489,321</b>
Compras	78,085		7,381	85,466
Abates (Líquido)				0
Amortizações do Exercício	46,533			46,533
Transferências	442,691		-442,691	0
Regularizações				0
<b>Saldo Líquido a 31-Dez-2010</b>	<b>514,325</b>	<b>0</b>	<b>13,929</b>	<b>528,254</b>



## NOTA 21 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2010	31-12-2009
Investimentos em Associadas	1,250	1,250
Investimentos em Empreendimentos Conjuntos	1,250	1,250
	<b>2,500</b>	<b>2,500</b>

## NOTA 22 – OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Devedores e Outras Aplicações</b>		
Aplicações Diversas	0	0
Devedores Diversos	110,021	248,276
<b>Outros Activos</b>		
Outros Metais Preciosos, Numismática e Meda.	82	82
<b>Rendimentos a Receber</b>		
Outros Rendimentos a Receber	4,326	4,593
<b>Despesas com Encargo Diferido</b>		
Outras Despesas com Encargo Diferido	492,569	573,258
<b>Responsab. com Pensões e Out. Benefícios</b>		
Resp. c/ Pensões Out. Benefícios (saldo devedor)	0	0
<b>Outras Contas de Regularização</b>		
Outras Operações a Regularizar	280,036	269,174
	<b>887,034</b>	<b>1,095,383</b>

A maior componente desta rubrica está incluída nas Despesas com Encargo Diferido e refere-se mais concretamente aos Encargos Diferidos com o SAMS ainda não reconhecidos em resultados, cujo saldo em 31-12-2010 se cifrava em 383.633 euros (447.572 euros em 31-12-2009), conforme explicado atrás na Nota B10.3.

## NOTA 23 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Recursos de Outras Instituições de Crédito</b>		
Depósitos à Ordem	66,676	173,394
Depósitos a Prazo	0	0
Outros Recursos	0	93
	<b>66,676</b>	<b>173,487</b>



## NOTA 24 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Depósitos de Residentes</b>		
Do Sector Público Administrativo		
Depósitos à Ordem	1,026,101	2,252,943
Depósitos a Prazo	5,006	5,008
De Emigrantes		
Depósitos à Ordem	1,073,641	1,055,698
Depósitos a Prazo	8,283,097	8,998,167
De Outros Residentes		
Depósitos à Ordem	77,214,230	75,115,902
Depósitos a Prazo	210,420,278	215,673,606
Depósitos de Poupança		
Poupança Reformados	34,718,053	35,798,965
Poupança Outros	615,177	806,209
Outros	12,180,758	14,581,389
<b>Outros Recursos de Clientes</b>		
Cheques e Ordens a Pagar	36,133	24,094
	<b>345,572,474</b>	<b>354,311,981</b>

## NOTA 25 – PROVISÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	Provisão para Riscos Gerais de Crédito	Provisão para Garantias e Compromissos Assumidos	Total
<b>Saldo a 31-Dez-2009</b>	<b>1,144,493</b>	<b>217,338</b>	<b>1,361,831</b>
Dotações	84,547	0	84,547
Utilizações	0	0	0
Reversões	64,757	0	64,757
<b>Saldo a 31-Dez-2010</b>	<b>1,164,283</b>	<b>217,338</b>	<b>1,381,621</b>



## NOTA 26 – OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Credores e Outros Recursos</b>		
Recursos Diversos	1,818,561	5,523
Sector Publico Administrativo	247,875	310,500
Cobranças por Conta de Terceiros	5,982	5,899
Contribuições para Outros Sistemas de Saúde	18,082	18,173
Credores Diversos	1,437,202	180,915
<b>Responsab. com Pensões e Out. Benefícios</b>		
Respons. c/ Pensões e Out. Benefícios (saldo credor)	462,772	352,975
<b>Receitas Com Rendimento Diferido</b>		
Outras Receitas c/ Rendimento Diferido (s/ crédito)	4,814	5,085
<b>Encargos a Pagar</b>		
Outros Encargos a Pagar		
Por Gastos com Pessoal		
Rem. Órgãos Gestão e Fiscalização	61,533	51,613
Remunerações de Empregados	434,507	465,196
Outros Gastos c/ Pessoal - Prémios de Antiguidade	508,664	471,990
<b>Outras Contas de Regularização</b>		
Operações Passivas a Regularizar	326,473	152,691
Outras Operações a Regularizar	434,516	358,599
	<b>5,760,981</b>	<b>2,379,159</b>

Em 31 de Dezembro de 2010 as componentes mais significativas desta rubrica são os Recursos Diversos e os Credores Diversos, cuja variação relativamente ao ano de 2009, está relacionada com a aquisição de bens sítos em Paredes de Vitória, que eram de Soares & Barosa, Lda., no âmbito do processo de insolvência da referida sociedade, que se encontram registados na rubrica Activos Não Correntes Detidos para Venda (Ver Nota 18), e a posterior celebração de contratos-promessa de compra e venda com os promitentes compradores.

Assim, nos Recursos Diversos está incluído o montante de 1.814.500 euros, referente a uma caução bancária a favor da Massa Falida de Soares & Barosa, Lda., em resultado da aquisição dos bens anteriormente referidos, que corresponde à parte do preço não depositada, por dispensa conforme despacho nos autos. Nos Credores Diversos está incluído o montante de 998.167 euros referente a adiantamentos recebidos nos termos dos contratos-promessa de compra e venda relativos aos mesmos imóveis, já celebrados com os promitentes compradores.

Em relação às responsabilidades com pensões e outros benefícios, o saldo global, por ter natureza credora, é apresentado nesta rubrica, e resulta do valor das responsabilidades totais de 1.199.978 euros, acrescido dos desvios actuariais no valor de 388.181 euros e deduzido do valor patrimonial do fundo de pensões, no montante de 1.125.387 euros.

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e respectivos encargos pós-reforma com o serviço de assistência médico-social (SAMS), apresentadas nesta rubrica, estão cobertas pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, do qual é Associada a CCAM de Leiria, e que se encontra sob a gestão da Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, S.A..

No final do exercício de 2008, as responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) passaram a ser financiadas através do Fundo de Pensões. De acordo com a cláusula 116.<sup>a</sup> do acordo colectivo de trabalho (ACT), constituem contribuições obrigatórias das instituições de crédito para o SAMS a verba correspondente a 6,5% das pensões de reforma e sobrevivência.



A avaliação actuarial contempla os trabalhadores no activo, licenças sem vencimento, pré-reformados, reformados e pensionistas, e os benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões, são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo (ICAM). De acordo com as Cláusulas 109.º, 110.º e 111.º do ACT, os participantes ao abrigo deste Plano terão direito a uma pensão de invalidez ou velhice, em função do nível e diuturnidades, calculados e actualizados com base na totalidade do tempo de serviço prestado até à data do evento.

Em 31 de Dezembro de 2010, a população da CCAM de Leiria, abrangida, distribuía-se de acordo com o seguinte quadro:

<b>Trabalhadores no Activo e Licenças sem Vencimento</b>	
Número de participantes	107
Idade média	43.4
Antiguidade média na banca	17.5
Salário médio anual	24,938 €
Folha anual de salários	2,668,417 €
<b>Reformados e Pensionistas</b>	
Número de beneficiários	10
Idade média	71.0
Pensão média anual a cargo do Fundo	1,432 €

Na avaliação actuarial, foram considerados os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

<b>Pressupostos Financeiros</b>	
Taxa de crescimento salarial futura	2.5%
Taxa de crescimento do Salário Mínimo Nacional	3%
Taxa de desconto	5.5%
Taxa de crescimento das pensões	1.75%
Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social - Dec. Lei n.º 35/02	1.94%
Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social - Dec. Lei n.º 329/93	1.75%
<b>Pressupostos Demográficos</b>	
Tábua de mortalidade	TV - 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80
Idade normal de reforma	65 anos

Na determinação da pensão da Segurança Social, tomou-se, como crescimento salarial para a carreira contributiva passada, o do Índice de Preços no Consumidor Sem Habitação.

Para efeito da presente avaliação actuarial, considerou-se que a esperança média de vida aos 65 anos aumenta um ano em cada período de dez anos.

Para estimação da pensão a cargo do Fundo, utilizou-se a tabela do ACT das Instituições do Crédito Agrícola, com as promoções obrigatórias por antiguidade, de acordo com a cláusula 15.ª do ACT, bem como as diuturnidades até à aposentação, definidas na cláusula 81.ª do mesmo documento.

O método de cálculo utilizado foi o do "Projected Unit Credit", para as responsabilidades com pensões diferidas de velhice e sobrevivência.





## CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor actual das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e com o pagamento dos encargos pós-emprego com o SAMS na parte que cabe ao empregador (6,5% das pensões totais), referente aos trabalhadores no activo e licenças sem vencimento foi o que seguidamente se indica:

<b>Valor Actual das Responsabilidades em 31-12-2010</b>	
Por Serviços Passados	925,112
Por Serviços Futuros	1,092,242
	<b>2,017,354</b>

Relativamente às responsabilidades com pensões em pagamento aos actuais reformados e pensionistas, o valor das responsabilidades totais, incluindo as responsabilidades com o pagamento dos encargos com o SAMS, ascendem a 274.867 euros.

Verificou-se um decréscimo anual de responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência referente a esta Caixa, conforme a seguir se apresenta:

<b>Responsabilidades com Pensões de Reforma e Sobrevivência</b>	
(+) Custo do serviço corrente	76,262
(+) Custo dos juros	83,782
(-) Rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões	47,822
(+/-) Ganhos e perdas actuariais	-407,861
(+) Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	0
<b>Decréscimo Anual de Responsabilidades</b>	<b>-295,639</b>

O movimento ocorrido durante o exercício de 2010 relativo ao valor actual das responsabilidades por serviços passados, foi o seguinte:

<b>Responsabilidades Totais em 31-12-2009</b>		<b>1,500,337</b>
(+) Custo do serviço corrente	76,262	
(+) Custo dos juros	83,782	
(+/-) Ganhos e perdas actuariais nas responsabilidades	-432,979	
(+) Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	0	
(-) Pensões pagas pelo fundo de pensões	17,789	
(-) SAMS pago pelo fundo de pensões	9,635	
<b>Responsabilidades Totais em 31-12-2010</b>		<b>1,199,978</b>



O movimento ocorrido na quota-parte do fundo de pensões referente à CCAM de Leiria, durante o exercício de 2010, foi o que se indica a seguir:

<b>Valor da quota-parte do fundo de pensões em 31-12-2009</b>	<b>1,127,682</b>
(+) Contribuições efectuadas	36,477
Pela CCAM de Leiria	0
Pelos empregados	36,477
(+) Rendimento dos activos do fundo de pensões (líquido)	22,704
(-) Prémios de seguros pagos	34,052
(-) Pensões pagas pelo fundo de pensões	17,789
(-) SAMS pago pelo fundo de pensões	9,635
<b>Valor da quota-parte do fundo de pensões em 31-12-2010</b>	<b>1,125,387</b>

O valor das responsabilidades por amortizar em 31-12-2010 era de 326.575 euros (270.111 euros referentes a serviços passados e 56.464 euros referentes a reformados e pensionistas). Deste modo, de acordo com o Aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal (com os serviços passados de pessoal no activo financiados a um nível mínimo de 95%, sem prejuízo do cumprimento dos níveis mínimos de solvência determinados pelo Instituto de Seguros de Portugal), o valor das responsabilidades com serviços passados a reconhecer em 31 de Dezembro de 2010, era de 840.654 euros, conforme se demonstra a seguir:

<b>Responsabilidades com Serviços Passados em 31-12-2010 (Aviso n.º 12/2001)</b>	
(+) Responsabilidades c/ trabalhadores no activo e licenças s/ vencimento (95%)	878,856
(+) Responsabilidades com reformados e pensionistas	274,867
(-) Responsabilidades por amortizar referentes a trabalhadores no activo (95%)	256,605
(-) Responsabilidades por amortizar referentes a reformados e pensionistas	56,464
	<b>840,654</b>

Assim, nesta data e para os parâmetros em vigor, o nível de financiamento global da quota-parte desta Caixa cifra-se em 94% enquanto que o nível de financiamento de acordo com o Aviso n.º 12/2001 atinge os 134%.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.



## CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

Em 31-12-2010 a decomposição do corredor é a seguinte:

<b>Corredor</b>	<b>119,998</b>
<b>(+) Desvios actuariais por amortizar em 31-12-2009</b>	<b>124,761</b>
Ganhos e perdas actuariais dentro do corredor	124,761
Ganhos e perdas actuariais fora do corredor	0
<b>Tempo de serviço médio futuro dos activos do fundo</b>	<b>22</b>
<b>(-) Transferência das contribuições acumuladas dos empregados</b>	<b>105,081</b>
<b>(-) Amortização de desvios actuariais em 2010</b>	<b>0</b>
<b>(+/-) Desvios actuariais gerados em 2010</b>	<b>-407,861</b>
Desvio financeiro (Ganho/Perda)	25,118
Desvio actuarial (Ganho/Perda)	-432,979
<b>(=) Desvios actuariais por amortizar em 31-12-2010</b>	<b>-388,181</b>

### NOTA 27 – CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte variação:

	<b>Incorporação de reservas</b>	<b>Entradas/Saídas de Sócios</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31-Dez-2008</b>	<b>29,000,000</b>	<b>1,132,535</b>	<b>30,132,535</b>
Emissão de títulos de capital	5,000,000	24,000	5,024,000
Reembolso de títulos de capital		-25,505	-25,505
<b>Saldo em 31-Dez-2009</b>	<b>34,000,000</b>	<b>1,131,030</b>	<b>35,131,030</b>
Emissão de títulos de capital		25,000	25,000
Reembolso de títulos de capital		-24,530	-24,530
<b>Saldo em 31-Dez-2010</b>	<b>34,000,000</b>	<b>1,131,500</b>	<b>35,131,500</b>

O montante relativo às emissões de Capital Especial/Extraordinário, foi reclassificado devido à aplicação das NCA, apresentando-se agora na rubrica do passivo "Instrumentos Representativos de Capital", sendo o seu valor nominal em 2010-12-31 de 6.943.590 euros, ascendendo os respectivos juros decorridos a 154.601 euros.

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital da *CCAM LEIRIA, C.R.L.* encontra-se disperso por 12.858 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de 35.000 euros (7.000 títulos de capital) no capital da *CCAM*.



## NOTA 28 – RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Reservas de Reavaliação				
	Reservas de Reavaliação ao Justo Valor	Reservas de Reavaliação Legais	Reservas por Impostos Diferidos	Total
<b>Saldo Final a 31-Dez-2009</b>	<b>-118,005</b>	<b>546,642</b>	<b>23,674</b>	<b>452,311</b>
Constituições	-9,457,016	0	1,116,204	-8,340,812
Anulações	4,317,557	1,274	-23,674	4,295,157
Transferências	0	0	0	0
<b>Saldo Final a 31-Dez-2010</b>	<b>-5,257,464</b>	<b>547,916</b>	<b>1,116,204</b>	<b>-3,593,344</b>

Outras Reservas				
	Reserva Legal	Reserva Especial	Outras Reservas	Total
<b>Saldo Final a 31-Dez-2009</b>	<b>9,800,000</b>	<b>54,131</b>	<b>40,000</b>	<b>9,894,131</b>
Constituições	1,200,000	788,575	1,000	1,989,575
Anulações	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0
<b>Saldo Final a 31-Dez-2010</b>	<b>11,000,000</b>	<b>842,706</b>	<b>41,000</b>	<b>11,883,706</b>

Resultados Transitados	
<b>Saldo Final a 31-Dez-2009</b>	<b>-51,891</b>
Cobertura do Saldo Negativo do Exercício Anterior através dos Resultados Líquidos	51,891
Regularização de Excedentes em Activos por Impostos Diferidos	23,674
Parte do Impacte da Transição para a IAS 19 referente ao Fundo de Pensões	-10,718
Parte do Impacte da Transição para a IAS 19 referente aos Encargos com o SAMS	-63,939
Regularização de Excedentes em Passivos por Impostos Diferidos	-1,274
<b>Saldo Final a 31-Dez-2010</b>	<b>-52,257</b>



## NOTA 29 – IMPOSTO CORRENTE SOBRE OS LUCROS

Em 31 de Dezembro de 2010 o imposto sobre lucros e a correspondente Derrama, foram calculados de acordo com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), o Estatuto Fiscal Cooperativo e a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, na parte aplicável, apurando-se o montante de 739.007 euros, conforme detalhe seguinte:

	31-Dez-10	31-Dez-09
<b>Lucro contabilístico antes de impostos</b>	<b>3,147,957</b>	<b>2,345,929</b>
*Lucro tributável imputado por ACE	0	1
*Reintegrações e amortizações não aceites	5,991	4,284
*Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	1,410,118	1,082,637
*Donativos não previstos ou além dos limites legais	746	121,140
*Multas e penalidades	0	10,146
*Menos-valias contabilísticas	0	0
*Mais-valias fiscais	4,079	5,135
*40% aumento das reintegrações resultantes de reavaliações	10,233	10,233
*Correcções relativas a exercícios anteriores	32,889	10,126
*Prémios de Antiguidade (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)	36,674	0
*Alterações na mensuração de activos (Art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009)	0	2,283
*Custo com reformas antecipadas (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)	0	4,680
*Variação patrimonial referente Resp. c/ Fundo Pensões/SAMS (Art.º 43.º, n.º 13)	0	-74,657
*Prejuízo fiscal imputado por ACE	0	0
*Redução de provisões tributadas	-35,333	-57,848
*Mais-valias contabilísticas	-8,158	-10,270
*Menos-valias fiscais	0	0
*Eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos (Artigo 51.º)	-7,323	-6,358
*Benefícios fiscais	-44,660	-4,086
*Prémios de Antiguidade (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)	0	-4,211
*Alterações na mensuração de activos (Art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009)	-98,642	-98,641
*Pagamento de reformas antecipadas/SAMS (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)	-11,886	-14,903
<b>Prejuízo fiscal (Regime Geral)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Lucro tributável (Regime Geral)</b>	<b>2,831,942</b>	<b>1,963,904</b>
<b>Lucro tributável (Regime de Redução de Taxa)</b>	<b>1,610,743</b>	<b>1,361,716</b>
Prejuízos Fiscais Dedutíveis (Regime Geral)	0	0
<b>Matéria colectável (Regime Geral - 1.º Escalão)</b>	<b>12,500</b>	<b>12,500</b>
<b>Matéria colectável (Regime Geral - 2.º Escalão)</b>	<b>2,819,442</b>	<b>1,951,404</b>
<b>Matéria colectável (Regime de Redução de Taxa)</b>	<b>1,610,743</b>	<b>1,361,716</b>
Taxa normal de imposto sobre o lucro tributável - 1.º Escalão	12.50%	12.50%
Taxa normal de imposto sobre o lucro tributável - 2.º Escalão	25.00%	25.00%
Taxa reduzida de imposto sobre o lucro tributável	20.00%	20.00%
Colecta	1,028,572	761,757
Deduções à colecta	-427,805	-380,879
Derrama	66,196	49,552
Derrama estadual (Art.º 87.º - A)	61,067	0
Tributações autónomas	10,977	10,177
<b>Estimativa de impostos sobre os lucros do exercício</b>	<b>739,007</b>	<b>440,607</b>
Correcções de impostos relativas a exercícios anteriores	0	0
<b>Imposto Corrente sobre os Lucros</b>	<b>739,007</b>	<b>440,607</b>
Retenções na fonte	2,930	2,543
Pagamentos por conta/adicionais por conta (Art.os 105.º e 105.º - A)	709,809	798,425
<b>IRC a pagar / receber</b>	<b>26,268</b>	<b>-360,361</b>
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico	23.48%	18.78%



## NOTA 30 – IMPOSTOS DIFERIDOS

Em consequência da aplicação das NCA's a CCAM apurou impostos diferidos conforme detalhe seguinte:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Activos por impostos diferidos</b>		
Reservas resultantes da valoriz. ao justo valor - Títulos de dívida pública	1,143,422	27,599
Reservas result. valoriz. justo valor - Activos adquir. reembolso de crédito	0	23,293
Provisões tributadas a deduzir em períodos futuros	1,016,027	686,078
Responsabilidades com prémios de antiguidade	122,079	113,278
Prejuízos fiscais	0	0
Benefícios fiscais (p.e. criação emprego a jovens)	0	0
Outros	0	0
	<b>2,281,528</b>	<b>850,248</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>		
Reservas de reavaliações legais	38,299	39,573
Reservas resultantes da valoriz. ao justo valor - Títulos de dívida pública	0	117,267
Responsabilidades com reformas antecipadas	807	267
Reinvestimentos de mais-valias fiscais	0	0
Outros	0	0
	<b>39,106</b>	<b>157,107</b>
<b>Impacto total dos impostos diferidos</b>	<b>2,242,422</b>	<b>693,141</b>

## NOTA 31 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

A CCAM de Leiria está inscrita no Instituto de Seguros de Portugal, com o estatuto de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8.º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo a actividade de intermediação em exclusividade com a Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A. (CA Seguros), relativamente ao exercício da actividade de seguros para todos os Ramos Não Vida, e autorizada, relativamente ao exercício da actividade de seguros para o Ramo Vida, com as seguradoras *ALICO - American Life Insurance Company* e Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A..

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CCAM efectua a venda de contratos de seguros, presta apoio pós-venda aos segurados e participa no encaminhamento das participações de sinistros que sejam entregues nos Balcões da CCAM.

Como contrapartida dos serviços de mediação de seguros prestados às referidas seguradoras, a CCAM recebe remunerações pela mediação de seguros, as quais estão definidas em Protocolo estabelecido entre a CCAM e as referidas Seguradoras.

As remunerações de mediação de seguros são reconhecidas como um rendimento na Demonstração de Resultados, na rubrica de Rendimentos de Serviços e Comissões. Os valores de remunerações a pagar pelas Seguradoras, à data de 31 de Dezembro de cada ano, estão reconhecidas como um activo no Balanço, na rubrica de Outros Activos. À data de emissão das presentes demonstrações financeiras, as remunerações de mediação que estavam por pagar em 31 de Dezembro de 2010, encontram-se já integralmente pagas pelas referidas Seguradoras.





O quadro seguinte evidencia o valor total das remunerações de mediação de seguros auferidas pela CCAM nos últimos 2 anos (valores em euros):

Origem	Seguradora	31-12-2010	31-12-2009	% por Origem 31-12-2010
Ramos Não Vida	CA Seguros	48.969	26.782	25,6%
Ramo Vida	ALICO	119.196	82.865	62,3%
Ramo Vida	Fidelidade	23.262	18.167	12,1%
Total		191.427	127.814	100,0%

A CCAM não efectua a cobrança de prémios por conta das seguradoras, nem efectua a movimentação de quaisquer tipos de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo, passivo, rendimento ou gasto a reportar, relativo à actividade de mediação de seguros exercida pela CCAM.

### NOTA 32 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o previsto no artigo n.º 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se a seguinte informação:

- Das operações não incluídas no balanço, aquelas em que o impacto nas contas tem maior relevância são as que se referem a Garantias Prestadas a Clientes, cujo montante, em 31 de Dezembro de 2010, ascendia a 4.316.042 euros. Para além dos impactos referidos nas Notas 4, 22 e 26, existe o risco da CCAM ter que assumir o cumprimento das obrigações dos seus clientes perante terceiros, no caso de estes falharem os seus compromissos. No entanto, em termos históricos, tais situações têm tido um impacto materialmente irrelevante;
- O total de honorários facturados durante o exercício de 2010 pela sociedade de revisores oficiais de contas foi de 31.475 euros, dos quais 29.000 euros correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que os restantes, no montante de 2.475 euros, dizem respeito a outros serviços de garantia de fiabilidade.

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração





## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria apresenta o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e emite parecer sobre o Relatório de Gestão, as Contas, e a Proposta para a Aplicação dos Resultados, elaborados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

No decurso do exercício, este Conselho efectuou um acompanhamento permanente da evolução da actividade da Caixa. Reunindo com a periodicidade que se considera adequada e conforme com as disposições legais e estatutárias, comprovou o cumprimento das normas aplicáveis à contabilização das operações, analisou peças contabilísticas e examinou a informação de reporte periódico remetida ao B.P..

Recebeu das respectivas funções os relatórios de Auditoria Interna, de Compliance e de Gestão de Riscos que apreciou. Analisou a eficácia dos sistemas de controlo interno, tendo elaborado o respectivo parecer enviado ao Banco de Portugal, nos termos do aviso n.º. 5/2008. O Conselho Fiscal emitiu também parecer sobre o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2011.

Foi, ao longo do ano, privilegiado o contacto com a Administração e com os Serviços que sempre se mostraram disponíveis para prestar todas as informações e esclarecimentos que este Conselho lhes solicitou.

Após o encerramento das contas analisámos em pormenor o Relatório de Gestão emitido pelo Conselho de Administração e os mapas que o acompanham, nomeadamente o Balanço, a Demonstração de Resultados, e o correspondente Anexo (notas explicativas às demonstrações financeiras). Examinámos a Proposta de Aplicação de Resultados. Apreciámos a Certificação Legal de Contas com a qual concordamos.

No âmbito das nossas funções concluímos que:

- O Relatório de Gestão é coerente, rigoroso e suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Caixa Agrícola de Leiria;
- O Balanço, a Demonstração dos Resultados e restantes anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Caixa;
- As políticas e os critérios volumétricos são adequados;
- A Proposta de Aplicação de Resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.



## CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

Face ao exposto o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia-Geral aprove:

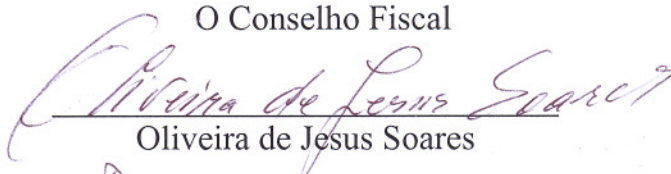
- a) O Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010;
- b) As Contas relativas a esse exercício;
- c) A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração

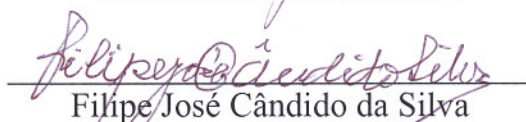
Os membros deste Conselho congratulam-se com o bom desempenho da Caixa e com o resultado obtido num ano em que, no país, se fez sentir uma acentuada crise económico-financeira.

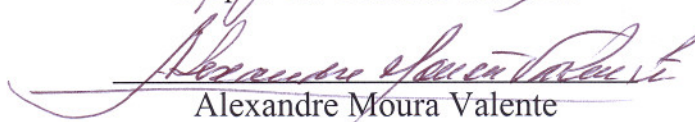
O Conselho Fiscal propõe que, pela actividade desenvolvida, seja aprovado um voto de louvor à Administração e a todos Trabalhadores da instituição

Leiria, 10 de Março de 2011

O Conselho Fiscal

  
Oliveira de Jesus Soares

  
Filipe José Cândido da Silva

  
Alexandre Moura Valente





FERNANDO MARQUES OLIVEIRA  
JOSÉ VIEIRA DOS REIS  
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ  
JOSÉ BARATA FERNANDES  
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GRENHA

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 406.156.949 euros e um total de capital próprio de 46.211.632 euros, incluindo um resultado líquido de 2.842.027 euros), a Demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (notas explicativas às demonstrações financeiras).

### **RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **ÂMBITO**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

1/2

SEDE | HEAD OFFICE  
Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C  
1250-143 LISBOA - PORTUGAL  
Tel. (+351) 217 271 197  
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch  
Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3  
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL  
Tel. (+351) 244 822 175  
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch  
Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23  
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E  
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL  
Tel. (+351) 223 744 485  
Fax (+351) 223 744 977

E-mail: [geral@orasroc.pt](mailto:geral@orasroc.pt)

Web: [www.orasroc.pt](http://www.orasroc.pt)



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **OPINIÃO**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.*, em 31 de Dezembro de 2010 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as instituições de crédito e sociedades financeiras.

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 9 de Março de 2011

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por

José Vieira dos Reis, ROC n.º 359